

PEQUENO EXPEDIENTE
(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Bom dia a todos. Declaro aberta a presente Sessão Ordinária.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Convoco os Deputados Paulo Araújo e Pedro Satélite para assumirem respectivamente a 1ª e 2ª Secretarias.
(OS SRS. DEPUTADOS PAULO ARAÚJO E PEDRO SATÉLITE ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Convoco os Deputados Estaduais para fazerem a inscrição no Pequeno Expediente.

Aos Deputados que gostariam de fazer o uso do Pequeno Expediente, antes da leitura da Ata, Deputado Pedro Satélite, já convoco os Deputados para fazerem a inscrição.

Antes de mais nada, agradecer a presença da senhora Juliane Maciel, secretária de Estado de Assistência Social; do senhor Claudinei Vieira, presidente em exercício do Sindicato dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social; do senhor Gilmar Antônio Brunetto, presidente do Sindicato dos Empregadores da Empaer; do senhor Carlos Roberto dos Santos, representando o Sindicato dos Profissionais Técnicos da Unemat; do senhor Domingos Sávio da Cunha Garcia, presidente da Associação dos Docentes da Unemat; da senhora Orenil de Andrade, diretora do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas, dos servidores do Indea e Interamat; do senhor Ailton Batista de Jesus, vice-presidente do Grupo de Consciência Negra; de Diany Dias, presidente do Sindicato do Sistema Agrícola, Agrário, Pecuária e Florestal; do senhor Ricardo Henrique, presidente do Sindicato dos Policiais Penais; agradecer também a douta defensora-geral, que nos acompanha aqui hoje também.

Então, Deputado Pedro Satélite, o senhor pode ler a Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2022, ÀS 10H34MIN.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (PEDRO SATÉLITE) – Lida a Ata, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Obrigado, Deputado.

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Convoco o Deputado Paulo Araújo para ler o Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (PAULO ARAÚJO) – Muito bom dia a todos os nobres Deputados, servidores da Casa, em especial os servidores públicos do Estado de Mato Grosso que aguardam ansiosamente a votação da RGA.

(O SR. 1º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DO SEGUINTE EXPEDIENTE: OFÍCIO Nº 206.522/2021, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA; OFÍCIO Nº 10.568/2022, DA SES; OFÍCIOS NºS 01, 02, 03, 12, 13, 14 E 15/2023, DA SAD; OFÍCIO Nº 1.065/2022, DO GABINETE DO IBAMA; E O MEMORANDO Nº 01/2023, DO GABINETE DO DEPUTADO FAISSAL).

O SR. 1º SECRETÁRIO (PAULO ARAÚJO) – É o que tinha, Presidente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Nada mais havendo a ser lido, início a abertura do Pequeno Expediente.

Convido para a fala o Deputado Paulo Araújo.

Os outros Deputados que quiserem se inscrever levantem a mão aí no sistema os que não estiverem aqui presencialmente.

O SR. PAULO ARAÚJO – Muito bom dia, nobres Deputados, fazendo o cumprimento em nome do Deputado Ulysses cumprimento os Deputados e também a nossa querida amiga Deputada Janaina Riva, um cumprimento especial a todo o Estado de Mato Grosso.

E neste dia de hoje, em nome dos servidores públicos do nosso querido Estado, nós estamos vendo aí vários representantes de sindicatos, cumprimento cada um de vocês.

E nessa pauta extremamente importante hoje que é a discussão em torno do nosso RGA... Eu também sou servidor de carreira da Secretaria Estadual de Saúde e é uma luta nossa.

Nos anos de 2019 e 2020 não foram pagos a RGA por conta de uma lei federal. Essa lei deixou de existir. A RGA este ano, o Governo aportou na data de ontem tão somente os 100% do índice, 5,79%; 5,79%. Atende o grupo de servidores? Não, não atende o grupo de servidores.

Nós precisamos articular e para isso precisamos que todos os Deputados tenham a consciência de que é um direito adquirido de nós, servidores, e é lógico que nós vamos tentar a todo momento fazer com que o Estado consiga realizar o pagamento da RGA, daqueles anos anteriores de 2019 e de 2020, que deixaram de ser pagos por uma lei federal.

A LOA deste ano traz a RGA de 7%, ela traz já uma previsão de gastos. Na LOA foi previsto, inclusive pelo Governo do Estado, é uma peça orçamentária, que é apresentada pelo Governo do Estado, 7%.

Então, nós vamos tentar na data de hoje, aqui, não pagar tão somente os 5,79%, que é o que o Governo protocolou aqui na Casa, mas negociar, Deputado Cattani, que esses valores sejam infinitamente... Infinitamente não, que sejam exatamente aqueles valores que deixaram de ser pagos e abrir uma discussão aqui com relação ao ganho real dos servidores públicos.

Em outras oportunidades, nós estivemos aqui também votando auxílios, verba indenizatória para um conjunto de servidores, que eu acho justo, e nada mais justo também do que defender o grupo de todos os servidores do Estado de Mato Grosso, que é a questão do pagamento da RGA, incluindo o pagamento lá de 2019 e 2020, que deixou de ser pago.

E a discussão também em torno da LOA, há várias emendas que precisam ser votadas, bem como a peça principal, eu acredito que hoje nós vamos conseguir sair daqui com ela aprovada.

E, fazendo um parêntese, a questão da saúde pública aqui em Cuiabá. Infelizmente, infelizmente o município de Cuiabá retomou, penso eu que temporariamente, a gestão da saúde pública em Cuiabá, e nós esperamos com muita expectativa que o Tribunal de Justiça retome o julgamento do mérito e conceda a... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Vou conceder mais dois minutos para Vossa Excelência.

O SR. PAULO ARAÚJO – ...obrigado, Presidente.

Há uma expectativa muito grande de que o Tribunal de Justiça, novamente, retome o processo de intervenção, dando ao Estado de Mato Grosso a condição de gerir o sistema,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

que infelizmente colapsou no município de Cuiabá. O município de Cuiabá perdeu a condição mínima de gerir e de fazer a gestão do município.

Por isso, direciono-me aqui à presidente do Poder Judiciário e a todos os desembargadores, que se atentem ao processo que tramita e que tenham a consciência, eu sei que tem, para que possamos novamente ter a condição de salvar vidas.

O processo de intervenção é um remédio amargo? Ele é um remédio amargo. Quem quer decretar uma intervenção? Recentemente, o Governo Federal decretou intervenção no Governo Federal pela ineficiência do Governo Federal em garantir a segurança pública (*sic*).

É o mesmo instituto, para garantir que vidas serão salvas aqui no município de Cuiabá.

Município de Cuiabá, além de atender os pacientes do seu município, também atende, recebe recursos financeiros tanto do Governo do Estado, dos municípios do interior do Estado de Mato Grosso e do Sistema Único de Saúde para poder prover essas condições e não faz.

Falta de insumo, falta de médico, ingerência, influência política, fora as outras várias situações que com certeza respaldam o processo de intervenção e que não convém nem falar aqui.

Então, essa expectativa não é... É de várias pessoas que se somam querendo que a saúde pública de Cuiabá e a saúde pública do Estado de Mato Grosso retome, com certeza, a condição de salvar vidas.

É o que tinha, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Obrigado, Deputado.

Convido agora para o uso da fala o Deputado Gilberto Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI – Obrigado, senhor Presidente.

Primeiramente, desejar um bom dia e uma boa Sessão a todos nós, às pessoas que nós assistem também.

E dizer, Paulo Araújo, que apoio totalmente, assim como assinei contigo a petição para se fazer a intervenção, apoio porque de fato a população de Cuiabá não merece passar pelo que está passando, então tem meu total apoio.

Senhor Presidente, eu simplesmente venho até esta tribuna para apresentar aqui um memorando que fiz à Comissão de Direitos Humanos desta Casa e também um requerimento para a Mesa Diretora para que se instale uma subcomissão nesta Casa, na Comissão de Direitos Humanos, para que possamos acompanhar de perto o que está acontecendo com aquelas pessoas que estavam se manifestando em frente aos quartéis que não participaram de nenhum vandalismo e que estão presas de forma indevida.

Nós temos recebido diariamente vídeos e denúncias das mais variadas, algumas são verdades e outras são mentiras, dizendo que existem crianças que estão presas, que têm pessoas idosas passando mal, foi dito que algumas tinham falecido, depois disse que não tinham falecido, então é necessário que esta Casa tome uma atitude.

Conversei com o Presidente Botelho, ele também acha importante, e gostaria de deixar registrado que nós estamos preocupados, para que se faça de fato justiça e não perseguição neste País.

Também, senhor Presidente, estou fazendo uma notificação, uma representação na Procuradoria-Geral da República concernente ao Decreto nº 11.328/2023, que é um dos primeiros decretos feitos por esse governo que aí está, em que institui uma Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

O nome, senhor Presidente, é muito lindo e nós todos defendemos a verdadeira democracia, porém a intenção que está por trás desse decreto é muito, mas muito perigoso, vou ler o artigo 47, o segundo parágrafo, senhor Presidente, diz assim: “Representar a União judicial e extrajudicialmente em demandas e procedimentos para respostas e enfrentamentos à desinformação sobre políticas públicas”.

O que é desinformação, senhor Presidente? Se lá estiver uma pessoa ideologicamente sentada naquela cadeira e ele for de direita, ele vai dizer que a informação de direita é verdadeira e da esquerda é falsa e da mesma maneira se for ao contrário.

Isso nós não podemos aceitar, senhor Presidente, sei que isso é de âmbito federal, não podemos fazer muito nesta Casa, mas o que nós pudermos fazer para que as pessoas não sejam perseguidas por sua fala, para que seu direito de liberdade não seja destituído neste País, que as pessoas tenham o pleno direito de ir e vir e de se expressar, nós estaremos fazendo nesta Casa, senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Apenas para cumprir o protocolo, parabenizar o Deputado Cattani pela fala, depois vou me pronunciar a respeito do que vem acontecendo também nesta Sessão.

Ler aqui alguns ofícios que chegaram a esta Casa neste momento.

Mensagem nº 12/2023, do Governo do Estado, Ofício nº 12/2023, que dispõe sobre a concessão da revisão geral de subsídios dos servidores públicos, efetivos e comissionados, civis e militares, ativos e inativos e pensionistas do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso para o ano de 2023 e dá outras providências.

Ofício nº 13/2023, Mensagem nº 13/2023, acompanhado do respectivo projeto de lei que altera e acrescenta dispositivo em diversas leis complementares, como a nº 4, nº 111, nº 266, nº 600 e nº 662.

E também a Mensagem nº 4/2023, que altera e acrescenta dispositivos da Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998.

Lida as mensagens, retorno ao Pequeno Expediente.

Convido para o uso da fala o Deputado Claudinei.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – Bom dia, senhor Presidente, colegas Deputados, sociedade de Mato Grosso que nos acompanha.

Senhor Presidente, primeiro, quero falar que estou muito satisfeito de Vossa Excelência, Deputado Ulysses, estar aí iniciando e presidindo a nossa Sessão hoje. Esta Sessão que pode ser a última de janeiro, e nós podemos estar nos despedindo, então, dos trabalhos na Assembleia Legislativa.

Mas eu quero manifestar todo o meu respeito e minha admiração pelo trabalho do Deputado Ulysses. Nesses quatro anos de convivência aí na Assembleia Legislativa, sempre aguerrido, sempre combativo, sempre fiscalizando as ações do Poder Executivo, cobrando, como nós sempre fizemos também de forma independente durante este período.

Então, parabéns, parabéns pelo trabalho, Deputado Ulysses, eu tenho certeza de que você, que é um jovem ainda, tem todo o futuro brilhante dentro da política pela frente.

Então, conte sempre com o meu apoio, estaremos sempre juntos nessa caminhada, com certeza.

Também só observar a questão do que aconteceu lá em Brasília agora no último dia 8, sou delegado da Polícia Civil e, claro, não concordo com qualquer tipo de crime, criminoso. Claro que eu não concordo com dano ao patrimônio público, organização criminosa, com violência,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

tudo que for crime é claro que vou sempre combater como delegado da Polícia Civil, mais de 20 anos, quase 22 anos.

Mas temos que separar o joio do trigo, realmente nós... Acho que a Assembleia tem que estar acompanhando esse pessoal, principalmente o pessoal de Mato Grosso que está lá, muitos estavam fazendo uma manifestação pacífica, ordeira, defronte às Forças Armadas, ao Exército, e nem todos participaram desses crimes.

E quem sabe se não são criminosos infiltrados e até contratados para praticarem esses delitos, principalmente contra o patrimônio público dos poderes constituído lá de Brasília.

Também quero falar, senhor Presidente, de um projeto nosso, o nº 833/2019, projeto de lei meu, da minha autoria, que nós apresentamos, foi aprovado em duas votações na Assembleia, mas infelizmente na época o Governo do Estado vetou esse projeto, na época nós propomos que fosse instituída política... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Concedo mais três minutos para o Deputado Claudinei.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – ...então, senhor Presidente, na época, nós propomos nesse projeto para instituir a política de saúde mental para os servidores da segurança pública do Estado de Mato Grosso.

É um projeto voltado para acompanhamento, prevenção e para evitar mais suicídios dentro das instituições policiais, que ainda ocorrem muito na Polícia Civil, Polícia Militar, Bombeiro, Polícia Penal, mas infelizmente na época foi vetado e não conseguimos derrubar o veto desse projeto.

Por que estou falando isso? Porque agora, ontem, na data de ontem, o Governo Federal sancionou, já está em vigor, já está valendo, no Brasil todo, a Lei nº 14.531, de 10 de janeiro de 2023, que altera as Leis nº 13.675, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, e a Lei nº 13.819, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para dispor sobre a implementação de ações de assistência social, a promoção da saúde mental e a prevenção do suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social e para instituir as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais da segurança pública e defesa social.

Então, está aí, agora temos uma lei federal, que deve ser cumprida e aplicada em todos os estados brasileiros. É como eu sempre digo, Presidente, às vezes perdemos uma batalha, mas não podemos desistir da guerra, do combate, do bom combate.

Então, está aí a lei federal que praticamente copia, traz muitas das ideias que tínhamos apresentado no nosso Projeto de Lei nº 833/2019, que infelizmente nós aprovamos, mas na época foi vetado pelo Governo do Estado.

E é isso aí, e falando também aos servidores, nós vamos estar juntos nessa votação da LDO, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, eu tive uma emenda minha, salvo engano, a Emenda nº 3, aprovada, para garantir o pagamento da RGA agora para 2023. Infelizmente, não chegou ao índice que poderia chegar, a 7%; mas temos pelo menos a garantia de 5,79% para pagar a RGA de 2023 aos servidores da ativa, também aos aposentados e pensionistas.

Então, está aí, vamos votar na lei orçamentária para 2023 para garantir a RGA dos servidores do Executivo nesse índice de 5,79%.

Obrigado, Presidente, valeu!

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Obrigado, Deputado Claudinei.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Recebo suas mensagens com muito carinho, também fará uma falta enorme aqui na Casa Legislativa. Lutou o bom combate, mostrou a que veio e mostrou para toda a sociedade brasileira do que o Delegado Claudinei era capaz de fazer aqui no Parlamento.

Parabéns por todo este período que esteve aqui, os rondonopolitanos se sentiram, pode ter certeza, muito representados.

Com relação aos projetos, também tivemos outros projetos vetados aqui pelo Governo do Estado, como a proibição de procedimentos de testes em animais para cosméticos, e agora recentemente virou uma lei nacional.

Então, o projeto que foi apresentado por mim também aqui nesta Casa foi vetado pelo Governo e agora é uma realidade nacional.

Convido agora para o uso da fala o Deputado Dr. João.

O SR. DR. JOÃO – Bom dia, senhor Presidente, nobre Deputado Ulysses, nosso parceiro, nosso amigo, parabenizá-lo pelo seu trabalho aqui na Assembleia Legislativa, pela sua atuação, Ulysses. Foi muito importante a sua passagem por aqui. Eu tenho certeza de que você, que é muito jovem, ainda vai ser um político extremamente promissor neste Estado, torço muito por você, você sabe o carinho que eu tenho por você e pela sua família, você pode contar comigo.

Aproveitar, Deputado, olha lá em cima, hoje Tangará se representa muito bem aqui nesta Casa.

(O SR. DR. JOÃO SE DIRIGE À GALERIA.)

O SR. DR. JOÃO – O presidente da Câmara Municipal, os vereadores Hélio da Nazaré, Eduardo Sanches, Nivaldo Leiteiro e o assessor da Câmara Municipal.

Obrigado pela presença, para mostrar ao povo mato-grossense que Tangará é e será sempre Tangará da Serra.

Agradecer a presença do Marcelo (ININTELIGÍVEL) e da sua esposa, até que enfim vai fazer a cirurgia dele tão sonhada para ficar magrinho, igual nós todos.

Queria falar e parabenizar o secretário Gilberto Figueiredo e a secretária Kelluby, que ontem assinaram um termo do canabidiol, é uma luta minha antiga, do Deputado Lúdio Cabral, da Comissão de Saúde e do Deputado Wilson Santos.

Às pessoas hoje que têm já judicializado, o uso do canabidiol vai ser utilizado normalmente, vai ser colocado, já está aberta... A Secretaria de Saúde do Estado já abriu um processo licitatório. Primeiro, essas pessoas que judicializaram, aí com o passar do tempo o que vai acontecer? Vai ser liberado para todos os pacientes vinculados ao Sistema Único de Saúde.

Eu acho que é uma conquista do povo mato-grossense, uma conquista da Assembleia Legislativa, porque esse projeto tinha sido vetado pelo Governo do Estado, e nós – né, Deputado Lúdio? – derrubamos o veto, a grande maioria dos Deputados votaram conosco.

Então, vai ser um grande ganho social, porque o canabidiol é uma medicação extremamente importante para muitas doenças crônicas, síndrome de Crohn, Parkinson, fibromialgia, câncer e principalmente para as crianças que têm aquelas crises convulsivas de longo período.

Então, nós temos essa experiência como médico, no caso assinou eu e o Deputado Lúdio, mas toda a Comissão de Saúde, está ali Dr. Eugênio, que votou também a nosso favor, e... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Mais dois minutos para o Deputado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

O SR. DR. JOÃO – ...com uma menção honrosa ao Deputado Wilson Santos, que, apesar de não ser médico, também abraçou essa causa. Deputado Wilson, você foi muito importante nesse processo.

Então, que Deus nos ilumine, que nos proteja, e essa lei logo, logo vai proporcionar um tratamento para todo o povo mato-grossense, vai ser muito importante para nossa sociedade.

Obrigado. Obrigado, Tangará da Serra, um bom ano para nós em Tangará da Serra, para a prefeitura, para os vereadores.

Romer, que você tenha sucesso como presidente. E você, Marcelão, que tenha sucesso na sua cirurgia, um grande abraço e fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Obrigado, Deputado Dr. João, representante da região de Tangará da Serra, reeleito, Deputado que mostrou a que veio aqui.

Obrigado pelo carinho, estamos juntos sempre que precisar.

Convido agora para o uso da fala o Deputado Elizeu Nascimento.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO – Presidente? Oi.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Estamos ouvindo, pode falar.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO – Bom dia, senhor Presidente, senhores Deputados, TV e Rádio Assembleia, servidores públicos que se encontram na galeria e também acompanhando esta Sessão.

Hoje, nós temos...

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Deputado Elizeu, sua câmera está virada, se você quiser virar o celular, você está meio de lado, não está dando para ver seu perfil.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO – ...reativar meu tempo aí, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Pode... Vou dar mais dois minutos para o Deputado Elizeu. (RISOS)

O SR. ELIZEU NASCIMENTO – Bom dia, senhor Presidente; bom dia, senhores Deputados, TV e Rádio Assembleia, servidores públicos que se encontram na galeria e também os servidores que nos acompanham por aplicativo.

Senhor Presidente, aguardávamos o fechamento do INPC, para que pudéssemos votar a RGA, Sessão esta que estava programada para o dia 4 e acabou tendo que alterar para o dia 11, devido ao fechamento do INPC, que ocorreu na data de ontem, dia 10, para que assim nós possamos fechar a votação da RGA.

Hoje, 5,79%, 5,79% a RGA, e também compactuo com as palavras do Deputado Paulo Araújo em relação ao que nós recebemos na LOA, que seria um percentual de 7%.

E gostaríamos muito... Inclusive em reuniões com Deputados e o Governo em que levamos essa sugestão de manter aquilo que foi colocado na LOA, para que nós pudéssemos votar... Se estivesse abaixo dos 7%, nós fecharíamos nos 7%. Mas esperamos que a Mesa Diretora, juntamente com o Governo do Estado, possa nos trazer até o término desta Sessão e possamos fazer essa aprovação.

No mais, nós temos esse percentual e queremos que, logicamente, seja revisto também aquilo que nós já tivemos de perda para os servidores públicos em anos anteriores.

Também não poderia deixar de citar aqui sobre a colocação do meu amigo Deputado Gilberto Cattani em relação ao que aconteceu em Brasília.

Também, Deputado Cattani, pode contar com a assinatura do Deputado Elizeu e também, além de assinar para que seja feita essa comissão de direitos humanos para acompanhar o que tem acontecido em Brasília, se possível, fazermos parte desta comissão, Deputado Elizeu,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Deputado Cattani e outros colegas que queiram participar, para que nós possamos acompanhar de perto, porque existem pessoas que cometeram algum tipo de arbitrariedade, mas existem as pessoas que estão ali pagando um preço que não deveriam estar por manifestação legítima.

Mais dois minutos, Presidente.

Então, existem pessoas que, logicamente, estão numa situação de estar apenas em acampamentos e acabaram sendo conduzidos ali, isso é o que é colocado, existem vários tipos de matérias que acabam até confundindo as pessoas em redes sociais, por isso precisamos realmente desta comissão para que nós possamos trazer, inclusive, informações verídicas às famílias e à sociedade mato-grossense, que espera uma resposta em relação a tudo isso.

E, logicamente, que essas pessoas não sejam penalizadas, muitas vezes, por algo que não seria do peso daquilo que possa vir a acontecer com eles, devido a outros que possam ter ocasionado aquelas situações de depredação, também não concordo com depredação, vandalismo, não concordo, sempre deixei bem claro isso, nós defendemos a legitimidade de manifestações legais. Isso continuaremos defendendo.

Então, a todos os servidores públicos que nos acompanham, também podem contar conosco, estamos aqui prontos para votar nesta Sessão e aquilo que estiver aí que seja de interesse, logicamente, dos servidores públicos nós estaremos, como servidor público aqui, para votar e aprovar.

No mais, muito obrigado e parabéns a todos os Deputados que fizeram parte desta Legislatura, Ulysses, Claudinei, Xuxu e outros aí, que Deus abençoe vocês.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Obrigado, Deputado Elizeu.

Convido agora para o uso da fala o Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN – Muito bom dia, Presidente Ulysses, demais colegas que estão aí presentes na Assembleia, a todos os servidores, em especial à população que nos acompanha pela TV e Rádio Assembleia.

Presidente, antes de adentrar na pauta principal, eu quero aqui fazer jus ao coro dos demais colegas, em seu nome, Deputado Ulysses, Dr. Gimenez, Delegado Claudinei, eu também, nós somos os quatro que não nos reelegemos, mas estou vivendo um bom momento pessoal, familiar, que nós sabemos que, com dever cumprido, temos outras funções também, temos mais tempo para os filhos, para as nossas atividades, mas nunca deixamos de cumprir o nosso papel como cidadão. Independentemente de mandato ou não, vamos continuar trabalhando, acreditando no interesse coletivo, fazendo a nossa parte, como eu sempre falo.

Então, parabéns a todos vocês, desejar sucesso novamente aos reeleitos e que deem continuidade às nossas ideias de fazer gestão pública, abaixar impostos, defender os direitos e garantias constitucionais, grandes projetos que nós temos encaminhados, sou autor do projeto Mulher Empreendedora e tantos outros na área tributária, na área de saúde, na área de infraestrutura.

Eu saio com a missão cumprida, realmente trabalhamos muito e gastamos pouco dinheiro público, só o necessário.

Então, parabéns a todos, uma ótima Sessão.

Eu quero aqui parabenizar o Deputado Cattani, na mesma linha também encaminho memorando ao Presidente Botelho sobre essa questão de uma comissão.

Também fizemos duas indicações, Deputado Ulysses, uma ao Governo do Estado, OAB Estadual, Defensoria Pública Estadual para que se somem à Assembleia Legislativa nessa comissão.

E outra indicação ao CNJ, ao Conselho Nacional do Ministério Público e à OAB Nacional, ao doutor Simonetti, que possam acompanhar toda essa situação, ninguém aqui apoia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

deprecação, baderna, isso aqui não precisa nem discutir, quem realmente tem respeito pelos outros, pelo que é público não vai concordar.

Mas nós sabemos, há vídeos, é bem claro, o movimento ficou aí por 90 dias, não aconteceu nada, e nesse... Vocês acompanharam imagens aos montes de pessoas infiltradas, criminosas, então está bem fácil de individualizar realmente e achar os culpados, é isto que nós precisamos: que a Justiça funcione.

Então, não vou aqui me adentrar nisso, é um assunto já desgastante, mas o País não pode ficar vivendo esse tipo de coisa, nós temos que pacificar o Brasil e para isso é com uma Justiça transparente, séria, que realmente puna quem deve, de todos os lados, nós não podemos aceitar isso.

Eu encerro aqui, Deputado Ulysses, nós temos o PL nº 506, de nossa autoria, que fala da obrigatoriedade da comprovação de acessibilidade.

No ano passado Sorriso... (TEMPO ESGOTADO)... Obrigado, Presidente, só um minuto.

No ano passado, Sorriso foi palco de um evento, a Exporriso, foi uma vergonha, pela primeira vez lá não vimos acessibilidade, cadeirantes ficaram abandonados no meio da multidão e não tem como concordarmos com isso.

Então, em cima desse evento, que realmente mostrou outro lado dos eventos públicos, nós criamos esse projeto de lei, que está com o parecer favorável, para que possa garantir a obrigatoriedade da comprovação de acessibilidade em todos os eventos, principalmente na área cultural, esportiva, que possamos contribuir com as pessoas, que também são seres humanos, que têm alguma dificuldade de mobilidade, mas elas precisam ter o mínimo de condição para poder tocar suas vidas.

Então, agradecer a todos, aos servidores públicos, contem com o nosso apoio na correção da RGA, vamos continuar trabalhando pelo Estado, que Mato Grosso é a grande locomotiva do desenvolvimento de Mato Grosso, do Brasil e também da segurança alimentar do mundo.

Que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Obrigado, Deputado Xuxu Dal Molin.

Em tempo, agradecer a presença do vereador Romer Japonês, presidente da Câmara Municipal de Tangará, vereador Eduardo Sanches, vereador de Tangará da Serra, e vereador Nivaldo Leiteiro, também do município de Tangará da Serra.

Convido agora para o uso do Pequeno Expediente o Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Deputado Ulysses, cumprimento Vossa Excelência, os demais Deputados e também todos aqueles que prestigiam a Sessão; aos telespectadores da TV Assembleia e ouvintes da Rádio Assembleia os nossos cumprimentos.

Eu trago aqui, senhor Presidente, nós já apresentamos à Mesa, uma Moção de Pesar pelo falecimento do nosso amigo, companheiro vereador Chapadinha, vereador pelo município de Sapezal, dois mandatos como vereador, um vereador comprometido, sempre muito presente em todas as ações de interesse do município, infelizmente veio a falecer no dia 30 de dezembro.

Ele fez uma viagem até o município de origem dele, município de Chapadinha, no Maranhão; e aí, com sequelas de uma cirurgia que ele já havia feito, com problemas pulmonares que ele teve, teve que ser internado e infelizmente não resistiu, vindo a óbito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Então, ficam aí as condolências à família, à Eliane, esposa dele, aos irmãos da igreja, à população em geral de Sapezal, à Câmara de Vereadores, que com certeza ficou e está de luto por essa perda.

Ficam aí as nossas condolências a todos e especialmente... Eu que tinha uma amizade muito grande pelo Chapadinha, sempre fui muito entusiasta do trabalho que ele sempre realizou com seriedade, com comprometimento.

Então, ficam aí os nossos sentimentos pela perda desse grande companheiro, vereador Chapadinha, ali do município de Sapezal.

Também, senhor Presidente, quero aqui dizer que estou... Está protocolado, junto à Mesa, um requerimento à Secretaria de Infraestrutura do Estado, buscando informações acerca da paralisação das obras na 383, que liga o Parque de Exposição em Rondonópolis, passando pela Três Pontes até Naboreiro.

É uma luta daquela população, há muitos anos lutando por ver aquele trecho pavimentado, participei muito ativamente desse processo, inclusive falando com a população, com pequenos produtores que estão no seu entorno, moradores de Naboreiro e de Três Pontes.

E quero deixar aqui o meu reconhecimento... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Mais um minuto para o Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – ...quero aqui também deixar o reconhecimento ao meu amigo Mateus Rezende, do Oratório Filhos de Dom Bosco, ali do município de Rondonópolis, que algumas vezes me cobrou, esteve comigo inclusive no local, ali nesse trecho, nós tivemos um enfrentamento muito forte junto ao Governo do Estado para que essa obra pudesse sair.

Quero aqui, inclusive, agradecer o governador Mauro Mendes por essa disposição de ver pavimentado aquele trecho. Só que a obra está paralisada. E a população precisa de uma resposta, e nós queremos... Estamos protocolando esse requerimento para que a Secretaria de Infraestrutura nos responda o motivo da paralisação dessa obra, se a empresa não tem condições de continuar ou se parou por algum motivo específico, mas que nos dê uma resposta.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Convido agora para uso do Pequeno Expediente o Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Bom dia a todas as pessoas presentes nesta Sessão Extraordinária.

Quero saudar em especial os servidores e servidoras públicos mobilizados e mobilizadas aqui em torno do debate da RGA. Saudar a militância do movimento negro do Estado de Mato Grosso, também mobilizada aqui hoje.

Bom, vamos por partes. Primeiro, um requerimento dirigido ao senhor governador do Estado e ao secretário de Estado de Educação acerca da nomeação do diretor ou da diretora escolar da Escola Estadual quilombola Verena Leite de Brito.

Há uma regra legal em que diretores de escolas de comunidades quilombolas têm que passar pelo crivo da comunidade escolar e o governador nomeou diretor sem respeitar esse procedimento legal, nós estamos encaminhando esse requerimento para que ele cumpra a lei, ouça a comunidade quilombola para que a direção da escola seja ocupada por um representante indicado pela comunidade quilombola lá no município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Essa é uma reivindicação que nós recebemos da comunidade escolar nesses últimos dias, dias de muitas coisas erradas, de muitas irregularidades, como sempre, infelizmente, na Secretaria de Estado de Educação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

No processo de atribuição de professores efetivos, de profissionais interinos, a situação dos vigias, a questão do processo de escolha das direções escolares, supostamente meritocrático, mas eivado de contaminação fisiológica e política.

Segundo, emenda ao projeto de lei orçamentária, que entrará em debate hoje, para que o governador do Estado tenha no máximo 10% do orçamento de autorização prévia da Assembleia para fazer remanejamento.

O projeto encaminhado prevê uma margem de 30% para o governador remanejar o orçamento da forma como lhe convier.

Nós já denunciemos aqui, desde o primeiro ano desta Legislatura, que as leis orçamentárias aprovadas na Assembleia sempre subestimam a receita do Estado, sempre subestimam a arrecadação, sempre trazem uma arrecadação abaixo da que realmente ocorrerá e na média, a que realmente ocorre, é sempre 30% superior àquela que está aprovada pela Assembleia.

E a Assembleia, ao aprovar uma lei orçamentária já abrindo mão do controle sobre 30% do orçamento, deveria... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Dois minutos.

O SR. LÚDIO CABRAL – ...e a Assembleia, ao votar uma lei orçamentária abrindo mão do controle que pode exercer, deixa nas mãos do governador um poder praticamente imperial para deferir onde alocar 30% de tudo aquilo que o Estado arrecadar de toda a receita.

Então, nós estamos apresentando essa emenda para debatê-la entre os colegas Deputados, aprová-la para que no máximo 10% do orçamento fiquem para que o governador faça remanejamentos.

Terceiro item: o projeto deu entrada agora há pouco, o projeto da revisão geral anual dos subsídios dos servidores do Estado, nós estamos preparando uma emenda, que protocolaremos assim que o projeto estiver no sistema, para que a RGA de 2023 não seja apenas 5,79% do INPC, que ela também contemple aquilo que não foi pago na RGA de 2026 (*sic*), correspondente ao INPC de 2021, que ficou para trás mais de 3% do INPC de 2021 na RGA de 2022, perda acumulada que se somou já às muitas perdas acumuladas ao longo dos últimos 4 anos.

Apresentaremos essa emenda para debate entre os colegas Deputados e gostaria aqui de propor um encaminhamento à Mesa Diretora, ao Presidente da Assembleia, como nós temos vários dirigentes de entidades sindicais dos servidores presentes em plenário, para que o Presidente reúna agora... Que suspendamos em algum momento a Sessão e reúna o Colégio de Líderes com a representação dos servidores públicos para debatermos a RGA de 2023.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Convido o Deputado Dr. Eugênio para o uso da fala.

O SR. DR. EUGÊNIO – Muito bom dia aos colegas Deputados, Deputada, muito bom dia a quem nos acompanha pela TV, Rádio AL, muito bom dia ao nosso Vale do Araguaia, desejando de antemão um ano muito bom para todos nós, que nós possamos chegar ao final de 2023 em paz, começamos tumultuado o ano e o Brasil merece muito mais do que essas intransigências que nós estamos acompanhando.

Acompanhei aqui a fala do Ulysses, do Claudinei, do Gimenez, do Cattani. E quero parabenizar aqui o Allan Kardec, que está assumindo a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Ulysses, desejar boa sorte, um grande profissional, foi um grande colega Deputado, com certeza com um futuro extremamente promissor na política e profissionalmente como advogado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Delegado Claudinei, que conviveu comigo um bom tempo na CCJ, apesar de parecer um cidadão intransigente pela... Mas não é, é super fácil lidar com ele. Na CCJ, foi uma experiência muito boa com ele, um cara muito maleável, fácil de conversar.

E Dr. Gimenez, não tenho palavra para falar do Gimenez, é um colega médico, colega Deputado, colega de Comissão de Saúde, uma pessoa de uma integridade ímpar.

A Assembleia Legislativa com certeza está perdendo, Paulo Araújo, você que convive conosco lá na Comissão de Saúde, um grande colega Deputado, e desejar boa sorte para ele na vida profissional.

Hoje, vai tramitar aqui a mensagem do governador de uma PEC, a Mensagem nº 172/2022, de grande interesse para Mato Grosso, especialmente para o nosso Vale do Araguaia. Essa PEC é uma discussão que nós já vínhamos fazendo com o Governo com relação a questões ambientais aqui no Estado de Mato Grosso.

Nós estamos acompanhando... Eu sou Presidente da Comissão de Zoneamento, uma comissão especial criada aqui nesta Casa, e o projeto do zoneamento já está em fase final, a Seplag deverá entregar para nós aqui no começo do ano agora, já deve estar passando, para que nós possamos apreciar e votar esse zoneamento.

Porque nós estamos apreensivos, principalmente o Vale do Guaporé e o Vale do Araguaia, muito apreensivos com relação a esse zoneamento que está... Além de trazer uma insegurança jurídica muito grande para todos, principalmente para essas duas regiões, ela coloca um momento muito importante do Vale do Araguaia em risco, e essa PEC é extremamente importante.

A Mensagem nº 172 fala que, enquanto não estiver resolvido 80% das unidades de conservação... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Mais cinco minutos para o Deputado explicar.

O SR. DR. EUGÊNIO – ...muito obrigado, Presidente. Vai fazer falta nesta Casa. Enquanto não estiverem 80% das unidades já organizadas, já resolvidas, não podem mais ser criadas novas unidades de conservação.

E nesse modelo de zoneamento que está sendo discutido pela comissão dos 33 membros do zoneamento, coordenada pela Seplag, só no Vale do Araguaia, Cattani, estão criando 862 mil hectares, ligando Cocalinho a Novo Santo Antônio, criando um corredor ecológico, enquanto que as 47 unidades de conservação já existentes aqui no Estado de Mato Grosso... Só dessa lá de Novo Santo Antônio com 223 mil hectares, somente 3% dos seus proprietários foram indenizados das áreas que foram desapropriadas.

Então, enquanto não tiver... Parabéns ao governador Mauro Mendes, parabéns a todo o seu governo por encaminhar essa PEC extremamente importante para o Estado de Mato Grosso.

Eu peço aqui aos colegas Deputados que nós possamos votar em peso, já está correndo aí a assinatura para que nós possamos fazer dispensa de pauta e já aprovarmos, quem sabe, ainda hoje, na nossa Sessão de hoje, resolvermos e pacificarmos essa questão, que vai ser de grande interesse para Mato Grosso e para estas duas regiões: o Vale do Guaporé e o Vale do Araguaia.

Quero aqui também, Ulysses, agradecer ao governador em exercício, Otaviano Pivetta, pela sanção de duas leis nossas essa semana e uma dessas leis de grande importância... Todas as duas são de grande importância, mas esta na minha área médica é de grande importância, sobre a implantação do sistema biomédico para identificação de recém-nascido no Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

É muito comum nos grandes hospitais, principalmente os hospitais públicos, haver muitas discussões sobre trocas de recém-nascidos, e essa lei que foi sancionada agora coloca a Politec como responsável para coletar a biometria desses recém-nascidos, isso vai tirar qualquer dúvida, qualquer confusão a respeito dessa temática.

E a outra lei é sobre a política estadual de fomento e incentivo aos cursos sociais populares e comunitários do Estado de Mato Grosso.

Projeto extremamente importante, que vai fazer com que agregue as pessoas, principalmente de baixa renda, a esses cursos profissionalizantes.

Nós estamos agora lá no Araguaia... Pasmem, Ulysses, pasmem, a escola técnica vai ser inaugurada agora por esses dias, ela está em construção há 13 anos, 13 anos! Como a construtora que está lá recebendo incentivos e coisas mais para poder concluir essa escola... Há 13 anos, uma coisa absurda, mas felizmente o governador Mauro Mendes fez o último aporte financeiro, de 2 milhões e 500 mil reais, e nós conseguimos concluir essa escola técnica e esse projeto de lei, digo, essa lei que foi sancionada vai vir de encontro a mais uma escola técnica criada aqui no Estado de Mato Grosso.

É isso, desejar a todos os colegas Deputados um feliz 2023, aos mato-grossenses, aos Deputados e toda a nossa população do Vale do Araguaia.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES MORAES) – Obrigado, Deputado Eugênio.

Convido a assumir a Presidência... Deputado Dr. Eugênio, convido-o para assumir a Presidência enquanto faço uso do Pequeno Expediente.

Muito obrigado.

(O SR. DR. EUGÊNIO ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (DR. EUGÊNIO) – Com a palavra, Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MORAES – Obrigado, Presidente; obrigado aos colegas.

Vim aqui fazer coro à manifestação dos colegas que me antecederam aqui com relação aos acontecimentos no País. Quero deixar claro que sou contrário a qualquer ato de violência, qualquer ato de depredação, qualquer ato de vandalismo.

Mas não podemos não deixar claro e não nos manifestar que vivemos tempos estranhos, tempos estranhos, tempos sombrios. O que é que se pode dizer e o que é que se pode fazer neste País? Nós tivemos jornalistas afastados por opinião, Deputados censurados por opinião e chegamos agora ao ápice de ter prisões decretadas por supostas omissões.

O governo tanto do estado, do Distrito Federal quanto da União foram notificados diversas vezes de que algo poderia ser feito, de que algo poderia acontecer e nenhuma providência foi tomada, muito pelo contrário, vimos as cenas que aconteceram.

Agora, não podemos chamar todos aqueles que estavam lá se manifestando democraticamente, em seus acampamentos, de terroristas, temos famílias lá, estavam idosos, estavam crianças.

É preciso neste momento agora individualizar condutas, falo como advogado, é preciso individualizar, havia centenas de câmeras, individualize as condutas e puna os responsáveis.

O que está acontecendo em Brasília com milhares de pessoas, crianças, idosos, com fome, com frio, lembram, relembrem campos de concentração. Com todo respeito àqueles que viveram isso, ou que tiveram alguém da família nisso.

Mas é inaceitável o que está acontecendo e precisa ser tomada uma posição.

O ministro Alexandre de Moraes tem abusado, falo com todas as letras! O ministro do Supremo Alexandre de Moraes está agindo com abuso de poder! Afastar um governador eleito

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

democraticamente por uma suposta omissão, mandar prender dois secretários por uma suposta omissão, afastando prefeitos em cidade de Mato Grosso por supostas omissões... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (DR. EUGÊNIO) – Mais um minuto para ele. Está bom, né? Ah, mais cinco? Tá bom, vou ser generoso com você, porque você foi comigo também, mais cinco minutos para o colega.

O SR. ULYSSES MORAES – ...afastando por omissões, por supostas omissões, que democracia é essa? Já não sabemos mais o que nós podemos falar, o que pode ser dito, o que pode ser falado? Existem tribunais da verdade, querendo se criar tribunais da verdade, querendo se criar procuradorias, criando procuradorias para monitorar as redes sociais e dizer agora a nós o que é *fake news*, o que não é *fake news*.

É uma verdadeira perseguição à opinião contrária, posso não concordar com nada do que alguns dizem, mas defenderei até o final o direito de falarem, estão calando inclusive a imprensa.

A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa foram garantidas em 1824, em 1891, em 1934, em 1937, em 1946, 1967 e 1988, todas essas constituições da história do Brasil garantiram a liberdade e agora nós estamos voltando atrás, crimes como eles estão querendo julgar... Tem que julgar também os outros que invadiram e já depredaram outrora.

Se for falar em crime de abolição do Estado, o Partido Comunista nem poderia existir, pois uma de suas defesas é justamente o fim da soberania e a universalização. Então, defender o comunismo no Brasil tinha que ser crime nessa ótica que estão fazendo, nesta ótica como estão punindo aqueles que estavam ali defendendo a liberdade.

Ministro como o Flávio Dino, por exemplo, não poderia assumir nada, pois defende claramente o comunismo, que defende a abolição de Estado, que, segundo essa lógica, é crime.

É preciso fazer uma reflexão e ver aonde é que queremos chegar, aonde é que nós queremos que os nossos filhos cheguem, aonde é que nós queremos que nossos netos cheguem.

A liberdade jamais pode ser negociada e nós precisamos lutar até o final por ela.

Fica aqui um dos meus últimos discursos nesta tribuna como Deputado Estadual, mas tenho orgulho, de bater no peito, de que todos os dias, enquanto estive no meu mandato, defendi a liberdade, defendi que as pessoas se manifestassem, defendi que o brasileiro é livre para expressar as suas opiniões.

E é isto que nós precisamos: de um debate livre e honesto, condenando aqueles que exageram, que vandalizam e que fazem aquilo que não deve ser feito, mas jamais, jamais punir todos como um todo sem individualizar conduta.

O Código Penal deve ser respeitado e a Constituição Federal também. São famílias, são crianças, são idosos, nós precisamos dar o devido respeito da lei.

Muito obrigado.

(O SR. EDUARDO BOTELHO ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, vamos encerrar. Os Deputados... Deputado Oscar já falou?

Deputado Oscar Bezerra.

O SR. OSCAR BEZERRA – Senhor Presidente Botelho, senhores colegas Deputados.

Quero aqui parabenizar a fala do Deputado Ulysses e, para não ser redundante no mesmo tema, só quero aqui acrescentar uma pergunta: onde será que estão os direitos humanos?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Que não estão fazendo uma visita para aquelas famílias, idosos, crianças, mulheres que estão lá passando por privações dos seus direitos, onde estão os direitos humanos?

Hoje, pela manhã, Ulysses, o pessoal foi lá cortar a energia do barracão, que é para que eles não consigam mais carregar os seus celulares e conseqüentemente não consigam mandar de lá as informações do mal tratamento. É uma pena, é lamentável o que está acontecendo com o nosso País.

Mas eu quero aqui aproveitar este momento também para fazer um agradecimento a todos os colegas, porque talvez seja uma das últimas falas que eu faça no Parlamento Estadual, quero aqui agradecer ao Presidente Botelho, que sempre foi um grande companheiro, enfim, a todos que estão no Parlamento Estadual, dizer que para mim foi uma honra participar do Parlamento Estadual com todos vocês.

Um agradecimento ao Deputado Faissal, que sempre nos proporcionou estar no Parlamento Estadual defendendo as nossas ideias, e agradecer aqui ao povo da minha querida Juara, que sempre me confiou os mandatos que tive.

Então, vou participar efetivamente até o fim da Sessão, mas a oportunidade da fala é neste momento agora do início da Sessão, queria só que ficasse registrada a minha satisfação, a minha honra de representar todos vocês aqui na Assembleia Legislativa.

Obrigado, senhor Presidente, era isso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Oscar Bezerra, esta Casa sempre está aberta para o senhor.

O senhor foi um grande Deputado aqui, companheiro nosso, e eu espero que o senhor não saia da política, continue na política, o senhor tem dom para isso, o senhor leva jeito e vamos continuar. A política precisa... A política é assim mesmo, vai e volta, mas sempre estar dentro dela.

Eu espero, futuramente, o senhor na prefeitura ou então aqui como Deputado.
Passar para o Deputado...

(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...Deputado Carlos Avallone, o último do Pequeno Expediente.

O SR. CARLOS AVALLONE – Presidente, estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Sim, muito bem.

O SR. CARLOS AVALLONE – Presidente, primeiro, queria dizer da minha satisfação de ter convivido com Oscar Bezerra, de ter convivido com o Ulysses, com o Delegado Claudinei e todos os Deputados que... Allan Kardec, que alçou outros voos, que vai estar na secretaria, mas todos eles que estão juntos conosco nesses quatro, oito anos e que fizeram um belíssimo trabalho pelo Estado de Mato Grosso e pelo povo de Mato Grosso.

Foi uma honra estar ao lado de vocês durante todo esse período. Muito obrigado pelo aprendizado e pela convivência.

Outra coisa, Presidente, eu queria fazer um pedido ao senhor. Nós temos lá nessa detenção, que há mais de 1.700 pessoas detidas, muitos mato-grossenses, eu acho importante ver se a Procuradoria da Casa poderia deslocar ou destacar um advogado para fazer o acompanhamento dos mato-grossenses lá.

Eu acho que é muito importante isso, nós estamos recebendo muitas informações, há informações reais e há muita *fake news* também vindo, falaram que uma mulher morreu e era *fake news*, não é verdade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Falaram uma série de outras coisas que eram inverdades, mas as imagens mostrando a forma como eles estão dormindo, como eles estão se alimentando realmente são imagens que não condiz com a condição desses brasileiros e mato-grossenses que lá estão.

Então, queria pedir ao senhor a possibilidade de que a Procuradoria da Assembleia pudesse dar um suporte a isso, ver se isso é possível, fica um apoio nosso a isso.

Segundo, dizer que realmente as manifestações que se tornaram ações extremamente danosas ao nosso País, danosas à pátria, danosas aos três Poderes precisam ser investigadas e os autores têm que ser exemplarmente punidos.

Nós não podemos aceitar que esse tipo de coisa que aconteceu no Capitólio nos Estados Unidos... E lá as 900 pessoas que entraram dentro do Capitólio, todas, foram condenadas, todas foram acionadas judicialmente e tiveram que fazer um acordo com a justiça americana.

E isso serviu de exemplo, que esse tipo de manifestação não é possível, não se pode entrar na Suprema Corte, não se pode entrar no Parlamento, não se pode entrar no Palácio do Governo e afrontar os três Poderes.

Sejam infiltrados, vamos localizar os infiltrados, sejam pessoas que entraram lá, têm que ser exemplarmente condenadas e punidas.

Essa é a minha opinião e é por isso que todos os 27 governadores, todas as instituições estão todas alinhadas na mesma linha.

Agora, não podemos deixar pessoas serem maltratadas e logicamente os direitos humanos têm que estar lá, ao lado desses mato-grossenses, há muita gente que foi usada de massa de manobra, há muita gente que não queria... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto para o Deputado.

O SR. CARLOS AVALLONE – ...mas a algazarra ocorreu.

Então, portanto, nós temos que tomar todo os cuidados para que pessoas que não foram autoras daqueles crimes absurdos não paguem pelos culpados, mas os culpados têm que ser exemplarmente punidos.

Nós vivemos numa democracia, excessos do Supremo Tribunal Federal existiram, existem e aí a democracia vai cuidar disso. O nosso Congresso Nacional precisa proibir decisões monocráticas, precisa proibir, reafirmando, precisa proibir decisões monocráticas de ministros principalmente nesse nível.

É muito complicado o afastamento de um governador eleito democraticamente e por uma decisão unilateral, e lembrando que muitas dessas decisões foram tomadas ainda no regime militar, dessa vez foram feitas... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, Deputado Carlos Avallone, em relação a isso, vou discutir com o Deputado Cattani, já conversei com ele e nós vamos prestar toda assessoria e assistência que for preciso para o Deputado Cattani conduzir essas verificações, até visitar e ir lá fazer... Se ele quiser, nós estamos providenciando todas as condições.

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM:
<https://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares?tipo=10&sessaoPlenariaAta=&sessaoPlenariaSumula=&sessaoPlenaria=8044&palavraChave=&dataIni=&numDocumento=&dataInicio=&dataFinal=&search>)

GRANDE EXPEDIENTE
(NÃO HOUE GRANDE EXPEDIENTE.)

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Dando continuidade aqui, nós vamos para a Ordem do Dia... Deputado Sebastião já falou, né? Ok, então vamos para a Ordem do Dia.

Primeiro, vou começar com o requerimento de autoria do Deputado Allan Kardec, pedindo a sua licença até o término da 19ª Legislatura.

Então, em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

E já convoco o Deputado suplente Toninho de Souza para que ele possa entrar no plenário e assumir a vaga deixada pelo Deputado Allan Kardec.

Deputado Toninho de Souza, pode entrar.

Requerimento do Deputado Ulysses Moraes, aliás, indicações do Deputado Ulysses Moraes, do Deputado Valdir Barranco e do Deputado Xuxu Dal Molin.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovadas (PAUSA). Vão ao Expediente.

Requerimentos de informações apresentados pelo Deputado Valdir Barranco, pelo Deputado Sebastião Rezende, pelo Deputado Gilberto Cattani e pelo Deputado Lúdio Cabral.

Em discussão, encerrada a...

(O PLENÁRIO QUESTIONA O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...não, não, é requerimento.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovados. Vão ao Expediente.

Dispensa de pauta ao projeto que altera a Lei nº 9.485, de 20 de dezembro de 2010.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de dispensa de pauta ao projeto que concede licença ao excelentíssimo senhor governador e vice-governador, Mauro Mendes e Otaviano Pivetta, para se ausentarem do Estado.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de dispensa de pauta ao projeto da mensagem do Poder Executivo que altera dispositivo da Lei nº 10.523, de 17 de maio de 2017, que cria o Programa Ser Família.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Dispensa de pauta ao projeto do Executivo que institui o Programa Educa Mato Grosso, em regime de colaboração entre Estado e municípios, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de dispensa de pauta ao projeto do Poder Executivo que institui o Prêmio Estudante Nota Dez para aluno da rede estadual.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Dispensa de pauta ao projeto de lei que altera e acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 98, e à Lei Complementar nº 442.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de dispensa de pauta ao projeto de lei do Poder Executivo que dispõe sobre a concessão da revisão geral anual de subsídios dos servidores públicos efetivos e comissionados, civis e militares, ativos e inativos e pensionistas do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de dispensa de pauta ao projeto que altera e acrescenta dispositivo da Lei Complementar nº 4, de 15 de outubro de 90, e da Lei Complementar nº 111/2002, da Lei Complementar nº 266/2006, da Lei Complementar nº 600/2017, da Lei Complementar nº 662/2020.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento apresentado pelo Deputado Wilson Santos, que aprova a realização de uma expedição fluvial no Rio Cuiabá com o intuito de diagnosticar as condições do rio, que acontecerá no período de 16 a 23 de janeiro de 2023, compreendendo toda a extensão do rio, da nascente à foz, juntamente com a Marinha Brasileira, Batalhão da Polícia Militar, Sema, Unemat, prefeituras, cientistas e estudiosos.

Em discussão. Encerrada a... Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente e amigo Eduardo Botelho, em seu nome eu saúdo todos os colegas Deputados, em especial ao Deputado Toninho de Souza, que retorna a esta Casa.

Cumprimentar aqui as lideranças do movimento sindical em nome da minha eterna amiga Orenil Andrade; Gauchinho, Antônio Wagner, estejam todos cumprimentados.

Senhor Presidente, nós temos lutado aqui nesta Casa pela preservação do Rio Cuiabá. Esta Casa, Deputado Pedro Satélite, deu um passo importante, que foi a proibição de construção de usinas hidroelétricas em toda a extensão do Rio Cuiabá.

Mas as forças contrárias continuam agindo e continuam articulando e agora nós resolvemos fazer uma expedição fluvial sobre o Rio Cuiabá.

Na primeira etapa, nessa primeira etapa nós vamos aqui do Manso, da cabeceira do rio até a Capital, vamos começar já na segunda-feira, bem cedo, porque uma coisa é você defender algo que você conhece, outra coisa é defender algo que você acha que conhece.

Então, nós vamos documentar toda essa descida, fotografar, registrar, ouvir comunidades ribeirinhas, ouvir autoridades, ouvir sitiantes, fazendeiros e nós queremos fazer um raio X.

E vamos com a Marinha do Brasil, a Capitania de Mato Grosso, quero aqui desde já agradecer a Marinha do Brasil, que já nos cedeu barcos, também pilotos.

Agradecer o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá, por meio da presidente Eliana Rondon, que está dando todo o apoio; a Universidade Federal, as prefeituras de Acorizal, Rosário, Santo Antônio, Barão, enfim, em breve nós apresentaremos à sociedade um raio X das condições em que se encontra o nosso querido e lendário Rio Cuiabá.

É só isso, Presidente, e é importante que o Plenário tenha conhecimento dessa expedição e possa aprová-la para que nós possamos fazê-la de forma oficial.

Muito obrigado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Moções de Pesar apresentadas pelo Deputado Dr. Gimenez, pelo Deputado Sebastião Rezende e pelo Deputado Gilberto Cattani.

Para discutir, Deputado Gilberto Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI – Para discutir, senhor Presidente. Muito obrigado.

Senhor Presidente, a Moção de Pesar serve para homenagearmos uma pessoa que deixou de existir neste plano e demonstrar o pesar que sentimos pela perda dessa pessoa, mas também ela se enquadra quando perdemos um benefício para muitas pessoas.

Eu fiz essa Moção de Pesar, senhor Presidente, para dizer o quanto nós estamos sentidos com o que está acontecendo no nosso País. Eu não posso dizer que estou pesaroso pelo meu País, porque o meu País é o melhor País deste Planeta, mas estamos pesarosos, senhor Presidente, porque no primeiro dia desse desgoverno que se instalou no nosso País, nós perdemos uma coisa grandiosa, inclusive para o Estado de Mato Grosso.

Nós tínhamos uma secretaria, que era Secretaria (NACIONAL) de Cuidados e Prevenção às Drogas, chamada Senapred – aqui nesta Assembleia nós constituímos a comissão ou a frente parlamentar de cuidado e prevenção às drogas –, que ajuda, senhor Presidente, as casas terapêuticas a tirar das ruas centenas ou até milhares de pessoas mato-grossenses que estão nesse mundo perverso que é o mundo das drogas e junto com eles vêm as suas famílias, todos recuperados, todos sendo de fato atendidos.

E pela primeira vez na história, no governo de Jair Bolsonaro, foi instituído em 2019 uma secretaria para cuidar dessas casas, chamada Senapred, Secretaria de Cuidado de Prevenção às Drogas dentro do Ministério da Cidadania.

Essa secretaria, senhor Presidente, de 2019 até 2022, atendeu 130 mil pessoas no nosso País. Houve 700 casas terapêuticas no nosso País atendidas por essa secretaria. Ela também, senhor Presidente, abriu 17 mil vagas custeadas pelo Governo para que essas casas pudessem se manter e sustentar essas pessoas.

Aqui em Cuiabá, eu visitei uma dessas casas e lá havia 200 internos, senhor Presidente, 200 pessoas se recuperando, saindo do mundo das drogas e entrando novamente para a sociedade como pessoas modificadas e saudáveis.

Alimentar 200 pessoas, senhor Presidente, é muito pesaroso e essas casas terapêuticas nunca na história deste País tiveram algum apoio sequer, de nenhuma das esferas governamentais e pela primeira vez elas tiveram isso durante os quatro anos do mandato de Jair presidente. No primeiro dia desse desgoverno que aí se estabeleceu já encerraram essa atividade.

Isso, senhor Presidente, é uma Moção de Pesar não a uma pessoa, mas a uma parcela da nossa sociedade que está morrendo.

Também gostaria, senhor Presidente, somente de lamentar junto nessa mesma Moção de Pesar a fala da senhora...(TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto.

O SR. GILBERTO CATTANI – ...senhora Nísia Trindade, que é agora a ministra da Saúde, que, em uma das suas falas, no início da sua gestão, na primeira semana, anunciou que revogaria todas as portarias e demais normativas relativas à Política Nacional da Saúde Mental, ou seja, o nosso País perde muito e Mato Grosso entra nesse barco perdendo uma grande instituição que poderia salvar muitas vidas.

Obrigado, senhor Presidente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok. Então, encerrada a discussão. Em votação... Ah, Deputado Wilson Santos, por favor.

O SR. WILSON SANTOS – Só para registrar o falecimento do desembargador aposentado doutor Adilson Polegato, infelizmente morreu no último dia 8, vítima de um câncer contra o qual ele lutava há nove anos. Tombou mais um amigo, foi magistrado, primeiro foi acadêmico aqui da nossa Universidade Federal, concluiu o curso em 1979, é aluno da federal.

Depois de seis anos advogando, doutor Adilson fez concurso e adentrou na magistratura, foi juiz aqui em Cáceres, foi juiz no Norte, em Colíder; durante muitos anos em Colíder, ele foi magistrado lá e chegou ao Tribunal de Justiça.

Infelizmente, perdemos no dia 8 o desembargador Adilson Polegato e eu deixo aqui essa Moção de Pesar extensiva aos seus familiares, aos seus amigos e aos seus ex-servidores do Tribunal de Justiça, senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, então encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado, com voto contrário na Moção do Deputado Cattani do Deputado Lúdio Cabral, por favor, registre-se. Deputado Ulysses Moraes também.

Pela Ordem, Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Senhor Presidente, senhores Deputados.

Senhor Presidente, só pedi por Questão de Ordem, porque recebi um ofício do Governo do Estado aqui a Vossa Excelência, pedindo a retirada da Mensagem nº 4/2023, que altera e acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 98, à Lei Complementar nº 442, de 4 de novembro de 2011, e dá outras providências.

E, da mesma maneira, já seguindo... Assinado aqui pelo governador Otaviano Pivetta, em exercício, e já lendo também, Presidente, a nova mensagem que veio com uma conquista da Assembleia Legislativa, representada por Vossa Excelência, Deputado Max, pela Mesa Diretora, é a nova mensagem, que vem aqui também destinada a Vossa Excelência, Ofício nº 15/2023, “Submeto à qualificada apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa a Mensagem nº 14/2023, acompanhada do respectivo projeto de lei complementar que altera e acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998, à Lei Complementar nº 442, de 4 de novembro de 2011, e dá outras providências”. Assinado, Otaviano Pivetta, governador do Estado de Mato Grosso.

Então, para retirada da Mensagem nº 4 e andamento da Mensagem nº 14/2023.

Era isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, quero só corrigir aqui que, na votação anterior, quem votou contra só foi o Deputado Lúdio na Moção do Deputado Cattani, Deputado Ulysses votou favorável.

Bom, gostaria só de fazer um parêntese aqui, gostaria que os Deputados prestassem atenção, Deputado Lúdio Cabral, Deputado Toninho de Souza, Wilson Santos, Paulo Araújo, Moretto, Deputado Silvano, os Deputados que estão de forma virtual, só quero explicar uma coisa para vocês aqui.

Ontem, chegou o projeto da RGA e nós começamos uma discussão com o Governo, ele mandou o projeto da RGA e mandou um projeto que criava uma gratificação na educação, ou seja, criava uma forma de meritocracia na educação.

Nesse projeto, inicialmente, estava previsto algo em torno de 50 milhões de reais e nós começamos a discussão em cima do valor do índice da RGA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

O Governo e o Rogério Gallo explicaram que a RGA é baseada exclusivamente em cima dos índices oficiais publicados e que nós poderíamos abrir algumas vertentes de discussão, que poderia ser feito... Uma delas seria atender 7 mil servidores comissionados, mudar a forma do pagamento dessas comissões, que daria um ganho para eles e passaria a ser de forma... Para os servidores efetivos que exercem cargo comissionado. Deixando bem claro. São servidores efetivos. E transformaria isso em indenizatória, que daria um ganho para eles. Tudo bem!

E, em vez de fazer exclusivamente para a educação, ampliar o valor que chegaria aos servidores, mas levando isso para todas as secretarias ou para todas as categorias, para todos os órgãos, para todo o Estado. Isso seria algo em torno de 175 milhões de reais.

Bom, as negociações que nós conseguimos avançar com o Governo naquela oportunidade, em que estava presente Dilmar Dal Bosco, eu, Deputado Max, Deputado Carlos Avallone e outros que participaram de forma virtual, foi isso.

Então, essa proposta aqui nós estamos mudando, pedindo para o Governo... Nós iríamos fazer um substitutivo aqui na Assembleia, mas o Dilmar acha melhor o Governo retirar e fazer um projeto lá, ampliando isso para tudo, que fica mais legal, tudo bem? Para não ter vício de iniciativa.

E a questão da RGA, o valor determinado... esse é o valor, o Governo não abriu para discussão, para ampliar o valor, porque ele alega que não teria como mudar algo que é... Aí, você teria que discutir ganho real, e aí teria que abrir outra discussão. Mas em cima da RGA é o valor real, pelo menos isso foi as disposições que fizeram.

Nós tínhamos uma expectativa de que viesse algo em torno de 7%, mas é o valor... Ele disse que não pode fazer, porque o valor que está estipulado é aquele e que esse valor serve de referência para todos os órgãos, para todos os Poderes, então a RGA não pode ser diferente, teria que ser esse valor, porque inclusive os outros Poderes... Há ano em que o Executivo não recebeu e esses outros Poderes receberam.

A RGA é de forma unificada, tem que ser só de reposição anual e essa discussão tem que ser feita de outra forma, que seria a discussão em cima de um ganho real ou da reposição de alguns anos que ficaram sem receber.

Então, essa é... Estou explicando para vocês; porque, embora tivéssemos chamados os Deputados, eu entendo que é um período em que muitos estão viajando, estão de forma virtual, não esteviream ou tiveram pouca participação.

Mas foi isso que nós conseguimos fazer e estamos dando prosseguimento, evidentemente que qualquer Deputado tem a liberdade de apresentar propostas diferentes e o Plenário decidir.

Então, só estou esclarecendo isso, porque poucos participaram dessa reunião ontem...

(MANIFESTAÇÃO DA GALERIA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...é, nós teríamos que fazer a Sessão no passado para aprovar a LOA, eu disse: não, não vamos aprovar enquanto não chegar e não ter o devido RGA.

(MANIFESTAÇÃO DA GALERIA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...é, mas é justamente isso que falei aqui, eu disse isso, eu disse: olha, o Governo alega que, como a RGA tem que mandar de forma unificada, não pode ser diferente.

Essa discussão sobre atrasados ou ganho real tem que ser feito separadamente. Essa foi a justificativa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Botelho, assim, eu quero retomar aqui o encaminhamento que propus na minha fala no Pequeno Expediente.

Como nós temos vários projetos em pauta hoje, há projetos que ainda estão sendo analisados pelas comissões, suspende a Sessão 20 minutos para ouvirmos o Fórum Sindical, as entidades sindicais que estão aqui para estabelecer diálogo com as entidades; porque, assim, as entidades estiveram no Palácio Paiaguás para buscar diálogo com o Governo e o Governo não abriu diálogo em nenhum momento com as entidades sindicais para debater RGA.

Eles têm estudos, têm números, dados fundamentais, então seria muito interessante que pelo menos nós, na Assembleia, ouvíssemos a representação dos servidores, para que a partir daí definamos os encaminhamentos que vamos tomar aqui em relação à RGA.

O que eu quero já dizer em relação a essa questão dos índices é que, assim, o Governo aprontou outra.

Estou consultando aqui, o índice que ele mandou não foi o índice do INPC, ele mandou o IPCA, que é menor que o INPC. O IPCA, 5,79%; o INPC, 5,93%, o Governo argumenta em cima dos índices quando lhe interessa; mas, quando não, argumenta o contrário.

Então, assim, o INPC do ano passado foi 10,16%, a RGA foi só 7%. Infelizmente, a legislação foi mudada e a RGA está desatrelada formalmente dos índices, nós precisamos inclusive de uma legislação específica sobre RGA permanente.

Os sindicatos têm proposta para apresentar sobre legislação permanente a respeito de RGA, para não ficarmos nesse debate todo ano sobre o que vai ser, para você ter regra perene, como existia a há algum tempo em nosso País regra perene para tratar de reajuste de salário mínimo.

Ficaram 3,16% no ano passado. O governador mandou, no projeto de LOA, 7%; por que vai dar só 5,79%? Nós temos todas as condições de recuperar os 3,16% do ano passado, para dar uma RGA de 9,09%, que é a conta que fiz aqui, sobre a soma da diferença do ano passado com o INPC deste ano.

Da receita corrente líquida a margem que está sendo utilizada com despesa com pessoal é de 36%. Muito provavelmente, quando se fechar os números de 2022, estará na casa dos 35%.

Então, há margem suficiente para poder conceder uma RGA maior.

E a RGA é para todos, indistintamente, qualquer outra mudança para uma parcela ou outra dos servidores não é justa, como é justa a RGA que contemple... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, Deputado Lúdio, só para... Na verdade, é o seguinte: nós ainda não estamos discutindo a RGA. Só estava fazendo essa colocação para mostrar para vocês o que foi feito.

Agora, sim, vamos dar encaminhamento e, na hora que chegar o projeto, vamos abrir para a discussão.

Pela Ordem, Deputado Dilmar.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Senhor Presidente, senhores Deputados.

Senhor Presidente, pedi Questão de Ordem até porque já estamos em Sessão, estamos em primeira votação, aprovamos requerimento, vamos votar em primeira. Vamos ter que suspender a Sessão.

Então, nesse intervalo dá para ter o diálogo e a conversa. Está aí para a primeira votação, só gostaria que o encaminhamento da Sessão continuasse, depois vamos ter tempo suficiente para defender as demandas.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, ok, vamos continuar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Projeto de Lei (Nº 1/2023, MENSAGEM Nº 1/2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que altera dispositivos da Lei nº 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa SER Família e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública (LEIA-SE “COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DEFESA DO DIREITOS DA MULHER, CIDADANIA E AMPARO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E AO IDOSO”) nos termos do Substitutivo Integral nº 1.

Em discussão... Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Bom, vou aproveitar a discussão deste projeto em específico para colocar aqui uma preocupação minha e, sinceramente, assim, é muito triste, é difícil nós sermos convocados em caráter extraordinário, e que nós viríamos votar orçamento e RGA.

Chegamos aqui com um pacote de mensagens do governador de temas que são complexos, de temas que exigiriam debate aprofundado do Parlamento e do Parlamento com a sociedade civil interessada nessas pautas e nós temos que, em caráter extraordinário, debater propostas como essa, alteração do SER Família.

Nós estamos tendo... Não sei se os Deputados já tiveram... Sabem o que está escrito aqui nessa mensagem? Eu não sei, vou ler aqui agora enquanto estou discutindo.

Então, assim, nós não podemos votar essas mensagens, na minha opinião, sinceramente, de forma atropelada, não há sentido, nenhuma dessas outras mensagens que estão aqui hoje, Botelho, nenhuma, nenhuma delas tem essa urgência de o governador querer vê-las aprovadas, nenhuma delas.

Nós poderíamos votá-las e debatê-las em fevereiro, com tranquilidade, já na próxima Legislatura, cada uma dessas pautas que o Governo está tentando aprovar agora de forma atropelada, não consigo sequer entender o que está... Não consigo sequer... Eu peço, parece-me que o Max foi quem articulou o substitutivo a esse projeto, explica para nós, Max.

Porque, assim, nós não queremos prejudicar uma parcela da população, mas não queremos votar nada sem ter a consciência e a clareza daquilo que nós estamos votando aqui. (APLAUSOS)

O Sr. Gilberto Cattani – Para discutir, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Para discutir.

O SR. GILBERTO CATTANI – Senhor Presidente, desde que cheguei a esta Casa aqui, isso tem acontecido, às vezes o Governo manda em cima da hora, houve algumas pautas em que eu também vim aqui e falei: uai, não conheço essa pauta, quero discutir mais essa pauta.

Mas aí os senhores da Mesa e todos os Deputados daqui me disseram: “Olha o Regimento Interno fala assim, assim, assim, assim”.

Muito bem, se o Regimento Interno fala que, se alguns Deputados assinarem a dispensa de pauta, ele pode ser votado. Ou nós seguimos o Regimento ou nós vamos ver isso aqui virar uma baderna, como são acostumados a criarem badernas aqui, ou segue o Regimento... Se há assinaturas de Deputados aí, tem que ser votado, senhor Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Bom é isso aí, Cattani, sou escravo do Regimento. (RISOS)

Deputado Max Russi.

O SR. MAX RUSSI – Importante as falas dos Deputados, mas só num ponto específico do SER Família quero fazer uma complementação aqui, porque nós aprovamos o SER Família Emergencial aqui na Assembleia. Esse programa encerrou em 30 de dezembro, então de 30 de dezembro para cá o programa deixou de existir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Então, nesse realmente existe uma urgência, porque depende desse projeto para o Governo fazer a licitação dos novos cartões, então nós aprovando hoje, lançando edital, aprovando, provavelmente essa população vai ficar aí uns 90 dias fora do programa.

Além disso foi corrigido o valor, Presidente, saiu de 200 reais para 230 reais. Vai ser um ganho a mais, que vai...

(O PLENÁRIO DIALOGA COM O SR. MAX RUSSI.)

O SR. MAX RUSSI – ...é, corrigido pela UPF, então vai ser um ganho que vai chegar à população que mais precisa.

Então, realmente nesse, diferente até de outros, há até uma certa urgência, para que essas famílias não fiquem desassistidas.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, porque estou olhando... Não tinha visto a correção, mas vai vir um substitutivo integral, beleza.

Então, encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Projeto de Lei nº 4/2023, Mensagem nº 3/2023 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que institui o Prêmio Estudante Nota Dez para alunos da rede estadual de ensino de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto.

Em discussão... Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Concedo a vista de 24 horas para o Deputado Lúdio Cabral.

Projeto de Lei nº 3/2023, Mensagem nº 2/2023 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que institui o Programa Educa MT em regime de colaboração entre o Estado e municípios (NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO) de Educação. O parecer é favorável da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto.

Em discussão...

O Sr. Lúdio Cabral – Vista.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Concedo a vista de 24 horas para o Deputado Lúdio Cabral.

Deputado Valdir Barranco, desculpa, eu não estou olhando aqui, eu peço para o pessoal da minha assessoria ficar olhando aqui o visor, hora que vocês virem alguém levantando a mão, por favor, me avisem, senão eu fico aqui e acabo não vendo.

Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO – Presidente, só para pedir a vista compartilhada juntamente com o Deputado Lúdio.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Os dois projetos dos quais foram dadas vistas estão com vistas compartilhadas para o Deputado Valdir Barranco.

Deputado Carlos Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE – Botelho, quando o Wilson falou do evento que vai ter no Rio Cuiabá, eu levantei a mão, o senhor não percebeu, só vou confirmar agora. Gostaria, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, de estar junto com ele nessa caminhada pelo rio.

Se ele concordar, será um prazer para mim estar junto com a Marinha e com ele passeando, melhor dizendo, passando pelo Rio Cuiabá, para identificar todos os problemas que nós possamos ter no Rio Cuiabá, que sei que são muitos.

Parabenizar o Deputado Wilson Santos por isso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, muito bom, Deputado, não só o Deputado Wilson, como todo o Plenário acha muito conveniente o senhor, como Presidente da Comissão, estar junto.

Projeto de Lei nº 1/2023 (LEIA-SE “PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1/2023”, DE AUTORIA DE LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS, EM 1ª DISCUSSÃO), que concede licença aos excelentíssimos senhores governador e vice-governador do Estado, Mauro Mendes Ferreira e Otaviano (OLAVO) Pivetta, para se ausentarem do Estado. O parecer é favorável da Comissão do Trabalho e Administração Pública.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente (LEIA-SE “VAI À 2ª DISCUSSÃO”).

Eu só acho que o governador deveria comunicar à Assembleia que está viajando, eu fiquei sabendo que o governador estava viajando pela imprensa, acho que seria muito interessante a Casa Civil... E poderia até constar aqui que ele comunique que vai sair do Estado.

Porque a Assembleia tem que ser respeitada. Pelo menos para ligar para o Presidente: “Olha, o governador está viajando”. Eu fiquei sabendo que o governador estava fora pela imprensa e por um convite que eu tive, agradeço aqui ao Otaviano Pivetta pelo respeito a esta Casa, que inclusive me convidou, se eu queria participar, nesses dias, assumindo o Governo do Estado.

Então, eu agradeço ao Otaviano pelo respeito que ele demonstra a esta Casa de Leis.

Obrigado, Otaviano Pivetta, em nome da Assembleia Legislativa.

O Sr. Lúdio Cabral – Presidente, pela Ordem, esse projeto foi votado em primeira, né? Nós faremos uma segunda votação dele? Faremos. Acho que talvez, assim, pudesse ser colocado uma emenda ao projeto para criar esta exigência: que o governador comunique à Assembleia quando for se ausentar.

E aí, aproveitando, pela Ordem, só para fazer um parêntese, assim, muito triste, muito ruim, desrespeitoso o governador tirar férias no dia em que ele tirou. Depois de tudo o que aconteceu no nosso País, da situação gravíssima que o nosso País viveu no domingo. Na segunda de manhã, o governador tira férias.

Eu, sinceramente, gostaria de saber para onde ele foi, viu? Será que ele foi para Flórida?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

PEC nº 12/2022, Mensagem nº 172/2022 (PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12/2022, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que altera e acrescenta dispositivos ao artigo 263 da Constituição do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

É uma PEC sobre os parques. Eu peço ao Deputado Max Russi... Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Senhor Presidente, eu quero vista dessa PEC para que possamos discuti-la com profundidade.

Várias entidades, vários estudiosos já nos encaminharam conteúdo relatando a inconstitucionalidade dela e na minha opinião é uma PEC completamente sem sentido.

O governador acabou de vir de uma COP lá no Egito, fazendo discurso em defesa da proteção ao meio ambiente, passo seguinte, encaminha uma PEC que, na prática, proíbe a criação de novas unidades de conservação no nosso Estado, com argumento de que as atuais precisam ser regularizadas. Olha, uma coisa não tem relação nenhuma com a outra.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

As atuais precisam ser regularizadas, precisam ser organizadas, porque a maioria delas estão abandonadas, literalmente.

Eu estive recentemente na APA da nascente do Rio Paraguai, um único servidor, um único servidor responsável pelo cuidado de milhares de hectares numa área de proteção ambiental, sem orçamento nenhum, sem plano de manejo, sem conselho gestor.

As unidades de conservação é um debate que nós teremos que fazer na próxima Legislatura aqui no Estado, porque elas estão abandonadas pelo Governo!

Agora, eu não posso, sob o argumento de que tenho um problema – o governo não cumpre o dever de cuidar, de fazer a gestão adequada das atuais unidades de conservação –, colocar na Constituição do Estado a proibição de criação de novas unidades de conservação.

Então, assim, já de antemão, na discussão, coloco essa questão e peço vista...

O Sr. Dr. Eugênio – Lúdio, Lúdio, só um aparte, por favor.

O SR. LÚDIO CABRAL – Concedido um aparte, Eugênio.

O Sr. Dr. Eugênio – Obrigado.

Só queria ponderar com você, você que é um grande colega, um Parlamentar fantástico, eu tenho muito respeito pelas suas opiniões.

Queria pedir para você, Lúdio, que nós pudéssemos votar em primeira votação para que o projeto não retorne depois e tenha que reiniciar tudo novamente no novo ano legislativo.

Então, queria pedir para você, vamos deixar votar em primeira, esse é um tema extremamente importante para Mato Grosso, esse é um tema extremamente importante para o nosso Vale do Araguaia.

Nós temos, hoje, mais de 40, são 47, se não me falhe, unidades de conservação no Estado de Mato Grosso que não estão regularizadas. Nós estamos travados por causa... Estão sendo criadas mais duas unidades de conservação no Vale do Araguaia, mais 862 mil hectares.

Isso é vergonhoso, Lúdio! Não dão conta de regularizar nem já as existentes e nós ainda estamos querendo criar mais duas nesse projeto que está sendo analisado na Seplag, um projeto de zoneamento.

Isso é inadmissível! Acho que apelar para o seu bom senso para que você possa deixar nós votarmos em primeira... Vota em primeira, na segunda votação aí... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. LÚDIO CABRAL – Mais um minuto.

O Sr. Dr. Eugênio – ...nós viríamos com todos os argumentos possíveis para que possamos fazer as nossas colocações, mas deixa que o projeto ande, é um apelo que eu faço, nunca pedi isso para você, estamos aqui há quatro anos, mas ele é tão importante para o nosso Vale do Araguaia, tão importante para Mato Grosso que eu faço esse apelo a você.

O SR. LÚDIO CABRAL – Bom, Eugênio, nós temos uma relação de muito respeito, nós concordamos que as atuais unidades de conservação do Estado precisam ser regularizadas, precisam ser assumidas pelo Governo.

O Governo precisa assumir de verdade a gestão das unidades de conservação que estão sob a sua responsabilidade, elas são de plano de manejo, elas são de um conselho gestor; onde houver conflitos fundiários, onde houver necessidade de indenização, o Governo tem... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto.

O SR. LÚDIO CABRAL – ...o Governo tem que indenizar quem de direito merece indenização, mas o que você disse agora só me deu mais um argumento para manter o pedido de vista.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Porque o pedido de vista agora estabelecerá o arquivamento da proposta e o governo terá que reapresentar em fevereiro, aí sim abrimos esse debate aprofundado, que precisa ser feito, porque a primeira etapa dele é exatamente a constitucionalidade da proposta e o que os estudiosos, as entidades estão argumentando é que o projeto é inconstitucional.

Então, como não há tempo de, em uma Sessão Extraordinária, nós fazemos com a profundidade necessária esse debate, vamos abrir esse debate em fevereiro.

E, Eugênio, nós temos que assumir o debate sobre as unidades de conservação aqui na Assembleia, porque é um debate que, sabe, precisa ser assumido... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Dr. Eugênio.

O SR. DR. EUGÊNIO – Só para concluir aqui então, é com muita tristeza que vejo que esse projeto não possa ser ainda nesta Legislatura iniciado. Com certeza, Lúcio, o Vale do Araguaia não vai se esquecer desse dia em que você negou que pudéssemos ainda nesta Legislatura inaugurar essa fase de debate aqui na Assembleia.

Com certeza, ano que vem o governador, que não é omissor, é um homem de coragem, vai colocar novamente esse projeto, essa mensagem novamente ano que vem, no mês de fevereiro, e vamos discuti-lo e aprová-lo, não tenho dúvida nenhuma, porque ele é de interesse para o Estado de Mato Grosso, é de interesse para o nosso País.

Nós não conseguimos avançar... E olha que Mato Grosso tem 62% das suas áreas preservadas.

Então, acho que foi desnecessário esse pedido de vista e com certeza o Vale do Guaporé, o Vale do Araguaia não esquecerá.

O Sr. Wilson Santos – Presidente, só um minuto.

Quero aproveitar esse debate para dizer...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto para o Wilson.

O SR. WILSON SANTOS – ...para dizer sobre o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães.

Mato Grosso, o Estado tem interesse em assumir o parque, e eu penso que o Governo está correto, o parque está aqui dentro do município de Cuiabá; das 33 mil hectares, 2/3 pertencem ao município de Cuiabá, apenas 1/3 está no município de Chapada.

Nós estamos trabalhando com Chapada a implantação do Geoparque, é um projeto para médio e longo prazo, uns 10 anos, 15 anos. Estamos próximos de obter o consentimento da Unesco para avançarmos a próxima etapa.

Então, quero só deixar claro o seguinte: não vou votar aqui projeto nenhum que impeça o Governo do Estado de assumir o Parque Nacional de Chapada, o Governo está decidido, o leilão aconteceu... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – (RISOS) Mais um minuto.

O SR. WILSON SANTOS – ...eu não sei porque cargas d'água a MT-PAR está uma interrogação enorme até agora. Eu não sei porque a MT-PAR, que foi avisada, sequer participou do leilão.

Um leilão de apenas 18 milhões de reais para uma concessão de mais de 15 anos. Eu não sei o que aconteceu, o presidente da MT-PAR tem que vir a público, por meio de uma nota oficial, explicar por que é que o Governo de Mato Grosso, que havia anunciado interesse no leilão, não apareceu no leilão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Deputado Valdir Barranco? (PAUSA) Desistiu... Você ter levantado a mão, tal, baixou, beleza.

Então, concedo a vista de cinco dias ao Deputado Lúdio Cabral, ao Deputado Max Russi, ao Deputado Dr. Eugênio e ao Deputado Valmir Moretto.

Então, está o Deputado Lúdio, Deputado Max, Deputado Dilmar, Deputado Dr. Eugênio, pediram vistas compartilhadas... calma.

PEC nº 13/2021, do Deputado Eduardo Botelho, que adiciona o § 22 ao artigo 164 da Constituição do Estado de Mato Grosso, altera o § 3º do artigo 24, inciso X do artigo 26, ambos da Constituição do Estado de Mato Grosso, artigo 64 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(EM 2ª DISCUSSÃO, PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO EDUARDO BOTELHO, QUE ACRESCENTA O § 22 AO ART. 164, ALTERA O § 3º DO ART. 24, BEM COMO AS ALÍNEAS “D” E “E” DO § 1º DO ART. 189, ASSIM COMO ACRESCENTA O § 3º AO ART. 189, TODOS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO, E ALTERA O ART. 64 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL.)
(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM O PLENÁRIO.)

O Sr. Paulo Araújo – Presidente, Presidente, Presidente. Presidente, esse...
(PAUSA)

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Votar, Presidente?

O Sr. Paulo Araújo – Presidente, vou pedir vista nesse projeto que o senhor acabou de ler aí. Só lê novamente para mim, por favor, qual que é ele? Esse é o da PEC?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Fizemos uma PEC...

O SR. PAULO ARAÚJO – Não, se é da PEC, então deixa, não é a vista desse que vou pedir não, é de outro.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Vamos para a votação, Presidente.

Como vota, Deputado Carlos Avallone?

(O PLENÁRIO DIALOGA COM O SR. 1º SECRETÁRIO.)

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – ...a PEC, só organizando o Regimento, a questão da Constituição Federal.

O SR. CARLOS AVALLONE – Voto a favor.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Dilmar Dal Bosco?

O SR. DILMAR DAL BOSCO – SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Dr. João José de Matos? Xuxu Dal Molin?

O SR. XUXU DAL MOLIN – SIM, Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Eduardo Botelho? (PAUSA) Botelho? SIM. Dr. Gimenez? Oscar Bezerra?

O SR. OSCAR BEZERRA – SIM, senhor Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Paulo Araújo?

O SR. PAULO ARAÚJO – SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Pedro Satélite? SIM. Romoaldo Júnior? Sebastião Rezende? Silvano Amaral? SIM. Ulysses Moraes? Wilson Santos? Delegado Claudinei?

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – SIM! SIM, Secretário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Deputado Sebastião, SIM. João Batista? SIM. Lúdio Cabral? SIM. Toninho de Souza? Valdir Barranco? SIM. Dr. Gimenez? SIM. Elizeu Nascimento? (PAUSA) Elizeu? Gilberto Catanni? SIM.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO – Voto SIM, Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Elizeu vota SIM. Dr. Eugênio, SIM. Max Russi, SIM. Valmir Moretto, SIM.

Presidente, com 22 votos SIM e 2 ausências, Dr. João e Romoaldo Júnior.

(O SR. PAULO ARAÚJO ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (PAULO ARAÚJO) – Aprovado. Com 22 votos favoráveis, a PEC está aprovada e vai à sanção... Vai à 2ª.

(O SR. EDUARDO BOTELHO REASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Projeto de lei complementar... (PAUSA)

Eu quero saber o seguinte: vamos continuar a votação, Deputado...

(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM O PLENÁRIO.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Projeto de Lei nº 2/2023 (EM 1ª DISCUSSÃO), da Mesa Diretora, que disciplina o artigo 27, § 2º, da Constituição Federal, redação dada pelo Substitutivo Integral nº 1. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública nos termos do Substitutivo Integral nº 1.

O Sr. Paulo Araújo – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Em discussão... Para discutir.

O SR. PAULO ARAÚJO – Presidente e nobres Deputados.

Deputado Lúdio usou anteriormente aqui a fala para transmitir um posicionamento, que é um posicionamento nosso, com relação a questão da RGA de anos anteriores que não foram pagos, 2019 e 2020, parcialmente a do ano de 2021 e com percentual aportado aqui nesta Casa de 5,79%.

Por que estou trazendo essa discussão aqui da RGA? Nós, Deputados da base de sustentação do serviço público, dos servidores públicos, Deputado Silvano, há muito tempo vimos tentando articular aqui nesta Casa o pagamento retroativo da RGA e de ganhos que eventualmente os servidores perderam nesses anos que se passaram.

Em todas as votações aqui no plenário, Deputado Max, Deputado Botelho, em todas as lutas que nós travamos aqui no plenário, em todas, nós perdemos no voto, em todas nós perdemos no voto, todas, nós não ganhamos nenhuma votação aqui no voto naquilo que diz respeito à questão do servidor.

O que fica disso? Qual o exemplo disso? Exemplo de que nós precisamos articular, logicamente, com o Governo do Estado de Mato Grosso, Deputado Lúdio, Deputado Toninho de Souza. Senão nós não vamos ter os números suficientes para poder aprovar nada aqui na Casa de Leis. E na próxima Legislatura vai ser pior ainda, porque o número de Deputados ligados ao serviço público diminuiu consideravelmente.

Então, qualquer discussão em torno de RGA, de pagamento retroativo, vamos ter que abrir um processo de negociação intenso com o Governo do Estado de Mato Grosso e com os Deputados alinhados com o Governo do Estado de Mato Grosso.

Então, não adianta ficarmos cacarejando, gritando, espirrando “ah, vamos, vamos...”, que as votações anteriores é o exemplo daquilo que não deu certo, não adianta vir, gritar, Deputado Lúdio, que sempre está aqui se posicionando, “que tem de fazer!”.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Eu também sempre me posicionei “tem de fazer”; mas, quando chega ao voto, nós perdemos! Todas as votações! Exemplo mais recente, a PEC dos aposentados e pensionistas, perdemos novamente aqui, perdemos novamente aqui.

Então, vamos ter que articular, Deputado Lúdio Cabral, nessa mesa de pactuação, de negociação intensa com o Governo do Estado, infelizmente. Se nós tivéssemos votos suficientes, não precisaríamos estar negociando com o Governo do Estado de Mato Grosso.

É lógico, eu sou servidor de carreira da Secretaria de Estado de Saúde e gostaria muito que a RGA fosse pago integralmente deste ano... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto.

O SR. PAULO ARAÚJO – ...eu gostaria que dos anos anteriores fossem pagos este ano, o que não foi pago parcialmente este ano, os 100% deste ano e as perdas salariais também dos servidores públicos.

Por diversas oportunidades, nós estivemos aqui votando verbas indenizatórias para servidores. Há um projeto aí extremamente importante do Governo do Estado que valoriza servidores de carreira, que está aumentando o percentual de comissão, sou a favor também.

Agora, esse projeto que vamos votar agora, Deputado, Presidente, justamente por não ter essa condição de ter uma RGA integral dos meses que foram pagos anteriormente, eu vou... (O PLENÁRIO DIALOGA COM O SR. PAULO ARAÚJO.)

O SR. PAULO ARAÚJO – ...eu sei.

Vou votar contrário nesse projeto aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. Quem for contra se manifeste (PAUSA). Anota o voto contrário...

(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Projeto de Lei nº 5/2023 (MENSAGEM Nº 12/2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que dispõe sobre a concessão da revisão geral de subsídios dos servidores e comissionados, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso para o ano de 2023. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública.

Em discussão... Para discutir, Deputado Lúdio Cabral, depois Deputado Carlos Avallone e depois o Deputado... Romoaldo Júnior, está querendo falar, Romoaldo? Se não for falar, baixe a mão, por favor. (RISOS)

Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Presidente, assim, primeiro que a revisão geral anual da remuneração de todos os servidores de todos os Poderes, ativos, inativos e pensionistas, é um instrumento mais justo para poder assegurar o respeito àqueles trabalhadores que realizam direitos da população.

E é algo que deveria ser óbvio! A revisão geral anual dessa remuneração deveria sempre, sempre, no mínimo, cobrir as perdas inflacionárias, que é corrosão do poder de compra dos servidores.

Nós temos 4 anos de perdas inflacionárias acumuladas, são mais de 20% de perda acumulada nos últimos 4 anos para o conjunto dos servidores. No caso dos servidores inativos, os aposentados e pensionistas, a perda é maior porque eles foram injustamente confiscados com a contribuição previdenciária até o teto do INSS.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Então, assim, nós deveríamos aproveitar a votação da RGA de 2023 para começar a fazer justiça aos servidores daquilo que ficou acumulado no primeiro mandato do atual governador.

Eu apresentei agora há pouco uma emenda não para a votação agora na 1ª votação, mas para votação na 2ª votação – porque aí eu poderei pedir destaque dela caso ela seja rejeitada nas comissões –, para que a RGA de 2023 seja de 9,09%; 5,93% do INPC de 2022 – e aí há uma maldade do governador no projeto que encaminhou, porque ele encaminhou com o IPCA, que é 5,79%, que é menor – e 3,16%, que é o INPC de 2021, que deveriam ter sido pagos na RGA de 2022. A RGA de 2022 foi 7% e o INPC de 2021, 10,16%.

Então, somando 3,16% mais 5,93%, 9,09%, para fazer justiça ao conjunto dos servidores públicos estaduais; porque, assim, é ruim para o Parlamento... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto.

O SR. LÚDIO CABRAL – ...é ruim para o Parlamento votar projetos que atendem demandas específicas encaminhadas pelo Governo, na maioria das vezes para contemplar aqueles que ocupam cargos comissionados, na maioria das vezes para contemplar categorias que têm maior poder de articulação e de pressão sobre o Governo, deixando de lado e à margem aqueles que são os mais sacrificados, que são aqueles que estão na ponta realizando os direitos da população e que são os remunerados de forma mais precária no Estado, e só RGA dá justiça para essa parcela dos servidores.

É muito triste nós não corrigirmos a injustiça com os aposentados e pensionistas e criarmos verba indenizatória para secretários. É muito triste alterarmos a legislação para determinadas categorias e não negarmos o... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Carlos Avallone, depois Romoaldo Júnior e depois Wilson Santos.

O SR. CARLOS AVALLONE – Presidente, na realidade, vou falar do passado, porque o senhor não viu minha mão e eu sei que é difícil aí esse controle mesmo, para acompanhar toda hora.

Mas, quando o Deputado Wilson comentou sobre a questão do Parque de Chapada, gostaria de, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, fazer o requerimento verbal, se for possível, convidando o presidente do MT-PAR para estar na Assembleia na primeira semana de fevereiro para que ele possa nos explicar, na Comissão de Meio Ambiente, o que ocorreu para que ele não participasse dessa importante licitação, ou o presidente ou o responsável pela licitação do MT-PAR, ok?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Romoaldo Júnior.

O SR. ROMOALDO JÚNIOR – Só para comunicar Vossa Excelência aí, a Mesa Diretora que estamos presentes aqui on-line e votamos SIM na PEC de vossa autoria.

Então, na realidade são 23 votos, gostaria que registrasse meu voto e já sanando aqui o problema de som com a TI da Casa. Estamos aqui participando da Sessão, tá?

Só gostaria que registrasse o nosso voto a favor da PEC.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Muito bem, Deputado Romoaldo, está registrado e essa maneira de o senhor usar os óculos aí, diferenciado, inclusive também está registrada aqui.

Deputado Dr. João também está anotando a sua votação.

Deputado Wilson Santos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, colegas Deputados, a máquina pública periodicamente tem que ser azeitada, arrumada, atualizada, modernizada. O ajuste que temos que computar aqui é qual é o impacto que isso vai trazer aos cofres públicos? Um milhão e trezentos mil reais/mês.

Esse é o impacto segundo o secretário de Estado que se encontra aqui no plenário, enriquecendo esta fauna, no Plenário Rennê Barbour, Basílio, 1 milhão e 300 é o impacto.

Deputado Lúdio, o que acontece na Sinfra? Desses 50 cargos que serão criados, 40 basicamente são para a Sinfra. A Sinfra hoje tem um pacote de obras que movimenta 1 bilhão, 1,5 bilhão, 2 bilhões por ano, algo inédito na história administrativa de Mato Grosso, nunca aconteceu tanto investimento, é asfalto nos quatro cantos do Estado, pontes de 500 metros, 1.400 metros, as maiores pontes do Brasil hoje estão sendo construídas em Mato Grosso.

E o secretário Marcelo Oliveira não tem técnicos suficientes e boa parte, Deputado Cattani, vem de empresas que prestam serviços para a Sinfra e esses técnicos não podem assinar determinados laudos; mas, a partir desse ajuste administrativo, elaborado pelo secretário Basílio, vai dar mais velocidade e vai dar autonomia para que esses técnicos possam rubricar serviços que eles supervisionam, então não tem nada demais, é uma matéria pacífica, tranquila, do dia a dia, do cotidiano de arrumar a máquina.

Está de parabéns o Estado, mas não mexe só na Sinfra, mexe também na Unemat, parece me que também na Secitec, de forma que ao todo abre o espaço para a contratação de mais ou menos 50 cargos. Mas, desses 50, 40 praticamente já estão na Sinfra, haverá só uma realocação da nomenclatura dos cargos. Deputado Dilmar, não é isso? Basicamente é isso.

Deputado Lúdio ainda não foi prefeito, sei que deseja ser e quando for vai entender essas necessidades técnicas, Excelência. (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. Quem for contra se manifeste (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Projeto de lei complementar que altera e acrescenta dispositivo da Lei Complementar nº 4, de 15 de outubro de 90, Lei Complementar nº 111, 1º de julho de 2002, Lei Complementar nº 266/2006, Lei Complementar nº 600/2017. O parecer é favorável da Comissão Especial.

(EM 1ª DISCUSSÃO, PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1/2013, MENSAGEM Nº 13/2013, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 4, DE 15 DE OUTUBRO DE 1990, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 111, DE 1º DE JULHO DE 2002, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 266, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 600, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 662, DE 14 DE MAIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Em discussão... Deputado Max Russi, Deputado Max, por favor...

O Sr. Lúdio Cabral – Botelho, desse projeto não vou pedir vista, nós vamos suspender a Sessão, pelo menos foi o que Dilmar me disse.

Volto a fazer aqui o pedido da reunião da Mesa com as entidades sindicais nesse intervalo para debater RGA, porque faremos a segunda votação na próxima Sessão. E, nesse intervalo de tempo, nós vamos analisar o conteúdo desse projeto, para verificar se os argumentos que o Governo está utilizando estão corretos; caso não, iremos apresentar emendas para a segunda votação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...ok, então encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam... Deputado Max, vou fazer por simbólico, que todos concordam, não tem ninguém votando contra.

Então... Deputado Ulysses se abstém, os demais... Deputado Carlos Avallone está votando contra, como que o senhor está votando?

O Sr. Dilmar Dal Bosco – Não, ele está aqui com a mão faz horas.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, baixa a mão, Deputado, por favor.

Deputado Carlos Avallone, o senhor está confundindo a minha cabeça aqui toda hora. (RISOS)

O SR. CARLOS AVALLONE – Não, é que eu queria falar outro tema e o senhor não viu, posso falar agora ou não?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Pode falar.

O SR. CARLOS AVALLONE – Não, naquele assunto dos espaços que estão sendo criados no Estado, quero reafirmar – eu que convivo diariamente lá na Sinfra – a necessidade de que a Sinfra possa ter um grupo de trabalho para que possa dar andamento em todos os trabalhos fantásticos que estão sendo feitos.

Eu que acompanho pela Comissão de Fiscalização os trabalhos da Sinfra, o projeto de metas, é impressionante o número de serviços que está sendo realizado pela Sinfra e o pequeno grupo que tem de trabalho.

Eu fiz uma comparação com Goiás e o número de funcionários que a Secretaria de Infraestrutura de Goiás tem é o dobro da quantidade da Secretaria de Mato Grosso. Mato Grosso tem muito mais trabalho do que a de Goiás.

Então, há uma necessidade muito grande dessas 40 vagas e até de mais. Acho, ainda por falta de espaço lá, que eles estão pedindo poucos trabalhadores, poucos profissionais. Na hora que terminar a reforma lá, vai ter que aprovar mais profissionais para a Sinfra ainda, ok?

Era só registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vamos fazer o correto, o Deputado Max vai coletar os votos do PLC, por favor.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Como vota, Deputado Carlos Avallone?

O SR. CARLOS AVALLONE – Favorável, SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Como vota, Dilmar Dal Bosco? SIM. Como vota, Dr. João? SIM. Como vota, Xuxu Dal Molin? Como vota, Eduardo Botelho?

O SR. XUXU DAL MOLIN – SIM, Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Xuxu, SIM; e Botelho, SIM.

Como vota, Dr. Gimenez? SIM. Como vota, Oscar Bezerra?

O SR. OSCAR BEZERRA – Voto SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Como vota, Paulo Araújo? SIM. Como vota, Pedro Satélite? SIM. Como vota, Romoaldo Júnior?

O SR. ROMOALDO JÚNIOR – Meu voto é SIM, 1º Secretário, Max, pela aprovação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Silvano Amaral, como vota? SIM. Ulysses Moraes, como vota? Contra. Como vota, Wilson Santos? SIM. Como vota, Delegado Claudinei? Como vota, João Batista?

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – SIM, Presidente, SIM.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – João Batista, SIM. Lúdio Cabral, como vota? SIM. Toninho de Souza? SIM. Valdir Barranco, como vota? SIM. Elizeu Nascimento, como vota?

O SR. ELIZEU NASCIMENTO – Voto SIM, Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Gilberto Cattani, como vota? SIM. Dr. Eugênio, como vota? SIM. Max Russi, SIM. Valmir Moretto? SIM.

(O SR. 1º SECRETÁRIO ENTREGA A LISTA COM A VOTAÇÃO NOMINAL AO SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com 23 votos SIM e 1 NÃO, o PLC está aprovado e vai à 2ª votação.

Projeto de Lei nº 815/2022 (MENSAGEM Nº 156/2022, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 2ª DISCUSSÃO), revisão anual, para o exercício de 2023, da Lei nº 11.071, (DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2020-2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA), que trata do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

(O PLENÁRIO QUESTIONA O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...é o PPA.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Resolução da CPI da Renúncia Fiscal (PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 512/2022, EM DISCUSSÃO ÚNICA), que aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Renúncia e Sonegação Fiscal do Estado de Mato Grosso e dispõe sobre os encaminhamentos de cópia integral dos autos às autoridades competentes. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão... Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Senhor Presidente, é adágio popular neste País de que as CPIs sempre terminam em pizza, não é verdade, senhor Presidente.

Esta Casa, na sua primeira Sessão da atual Legislatura, em fevereiro de 1919 (*sic*), aprovou e nós presidimos a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou denúncias de sonegação e também de renúncia fiscal irregular em Mato Grosso.

Tivemos a pandemia durante mais de dois anos e hoje estamos votando o relatório final, não é um trabalho perfeito, não é um trabalho ideal, mas demos passos importantes para elucidar em Mato Grosso caminhos, métodos, ritos da sonegação do Estado, principalmente em relação à sonegação.

Dividimos a CPI em quatro áreas: mineração, combustíveis, agronegócio e frigoríficos, senhor Presidente. Na área da mineração, resultou que, no final de dezembro, esta Casa aprovou a criação de uma taxa estadual sobre a atividade mineral no Estado.

Essa taxa já existe em estados como Amapá, Pará, Minas Gerais, Goiás. Aqui em Mato Grosso a CPI constatou, senhor Presidente, que esse setor precisa urgentemente ser fiscalizado.

Não estou colocando melhor fiscalizado, estou dizendo que esse setor precisa ser fiscalizado, corre solto, a produção mineral em Mato Grosso é autodeclarada e ninguém faz a comprovação dessa autodeclaração.

Do subsolo de Mato Grosso nós sequer temos noção da riqueza, as futuras gerações poderão, de forma inteligente, racional, mitigando ao máximo as agressões ambientais,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

fazer do subsolo de Mato Grosso uma fonte de riqueza, de trabalho, de emprego e de distribuição de renda, que possa desconcentrar a criminosa concentração de renda que há em Mato Grosso, onde meia dúzia de famílias, de bilionários, trilhionários, 10% a 15% da população remediada e o restante numa situação lamentável, o Estado que possui a 3ª maior renda *per capita* do Brasil, isso não se constata na realidade, no dia a dia. Não é verdade isso que acontece.

A CPI apontou também caminhos na área da sonegação na área de combustíveis...
(TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, mais três minutos para o Deputado.

O SR. WILSON SANTOS – ...obrigado, Presidente.

A CPI também, senhor Presidente, na área de combustíveis, na relatoria do colega Deputado Carlos Avallone Júnior, apontou caminhos para que o Estado reduza a sonegação, no trabalho muito bem coordenado pelo Deputado Avallone, ficou constatado que só, no setor de combustíveis, há mais de 700 milhões de reais de sonegação/ano em Mato Grosso.

Eu vou repetir esse número, são mais de 700 milhões de sonegação apenas no setor de combustíveis. E, no setor de combustíveis, qual é, Cattani, o setor que mais sonega? É o setor do etanol, 80% aproximadamente da sonegação no setor de combustíveis estão no etanol e nós precisamos aprovar em breve projeto aqui de minha autoria que determina implantação de medidor de vazão em todas as usinas de etanol em Mato Grosso.

Somente dessa forma e com outras medidas, nós reduziremos de maneira importante a sonegação no setor de etanol, no setor de gasolina e também no setor de diesel.

No setor da mineração, senhor Presidente, além da criação da taxa, do cadastro, nós apresentamos também, senhor, caminho de que haja a expedição de nota eletrônica, caminhos para que os municípios arrecadem mais em relação ao IOF e também ao CFEM.

No setor do agronegócio, aí eu tenho uma divergência em relação ao relator do agro, ao Deputado Valmir Moretto e ao colega Avallone, respeito, mas nós precisamos mergulhar mais no setor do agro.

Se não houver uma nova CPI específica para o setor do agro, que a Comissão de Fiscalização possa debruçar um pouco mais, há muita sonegação no setor do agro. Infelizmente, nós não conseguimos nesse trabalho fazer a identificação profunda e perfeita nessa área.

No setor de frigoríficos também, nós deixamos encaminhamentos, sugestões. Há muito tráfico de gado em pé, principalmente para Goiás, para Mato Grosso do Sul, para Rondônia. São n formas de perda de receita, perdas gigantescas.

Nós podemos afirmar aqui sem medo de errar que Mato Grosso perde anualmente pelo menos de 1,5 bilhão a 2 bilhões de reais, porque a máquina arrecadadora e principalmente a máquina fiscalizadora são ineficientes em relação a isso.

Há ainda um bom caminho... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto para o senhor concluir, Deputado.

O SR. WILSON SANTOS – ...ainda há um bom caminho, senhor Presidente, para percorremos, aperfeiçoarmos a máquina arrecadadora, aumentarmos as punições no setor, apertarmos o cinto, fazermos com que a fiscalização aconteça de fato *in loco*.

Temos mais de 100 garimpos ilegais no Estado.

Enfim, a CPI termina, senhor Presidente, com um relatório substancial, são mais de 10 mil páginas, que ficarão arquivadas aqui no Instituto Memória à disposição de qualquer cidadão, e encaminharemos aos órgãos de controle municipais, estaduais e nacional o resumo desse

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

relatório para que essas autoridades tomem providências em relação, principalmente, à sonegação estratosférica que acontece no Estado de Mato Grosso.

Quero parabenizar todos os meus colegas, o Vice-Presidente Carlos Avallone Júnior, o Deputado Nininho, a Deputada Janaina, Deputado João Batista, Deputado Allan Kardec, Deputado Dr. Gimenez, Deputado Valmir Moretto, todos os Deputados que participaram dos trabalhos da CPI.

Não fizemos escândalo, a CPI não expôs empresas, nem empresários, a CPI pautou por buscar caminhos, sugestões consistentes para que o Estado aperfeiçoe... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Carlos Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE – Presidente Botelho, Presidente Wilson Santos, realmente essa CPI é uma prova inequívoca de que esse ditado popular de que CPI termina em pizza não existe.

Realmente, o resultado dessa CPI foi extraordinário em todos os sentidos, inclusive foi bom até por causa das diferenças que existem no entendimento dos Deputados. Eu e o Deputado Wilson, o Deputado Moretto, todos os Deputados citados aí, temos diferenças nos entendimentos, e são essas diferenças que fazem com que o resultado seja melhor ainda.

Na questão do agronegócio, que o Deputado Wilson destacou, eu quero lembrar que nós identificamos valores altíssimos de sonegação no agronegócio, mas esses valores já estão, grande parte deles, identificados pelas mudanças feitas pela própria equipe da Secretaria de Fazenda, que eu tenho que destacar aqui e quero comunicar isso ao secretário Gallo, ao secretário Pimenta, que é quem estava à frente em boa parte dos trabalhos; ao chefe da Casa Civil, tanto o Gallo, que saiu, como o Mauro, que ficou um bom pedaço, que a transparência feita pela Secretaria de Fazenda foi muito importante para os resultados na questão do agro.

Quando o Tribunal de Contas, lá atrás, fez algumas reivindicações para que fosse ajustada principalmente a questão das exportações, a Secretaria de Fazenda atuou rapidamente em muitas dessas ações, e nós identificamos muitas sonegações, muitas das operações que aconteceram após a entrega do relatório aconteceram em cima das discussões que a CPI executou, muitas das operações que foram realizadas após isso.

Mas nós temos um programa de sigilo, nós não conseguimos superar. O relatório com as empresas tem número dos processos todos, mas não tem nome, nós não pudemos colocar o nome das empresas por uma questão de sigilo, porque ainda é suspensa pelo Supremo Tribunal Federal.

Mas eu acho que sempre melhorar a fiscalização, os acompanhamentos e até CPIs a qualquer momento deve acontecer sempre que houver algum problema.

Quero parabenizar a condução do Deputado Wilson Santos na Presidência e todos os colegas citados por ele. Foi uma CPI da qual me deu muito orgulho de participar e estou muito feliz de ter no meu currículo a participação nessa CPI.

Parabéns, Deputado Wilson Santos.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto para o Deputado, o Deputado concluiu? Desculpa, eu estava.... Chamaram-me aqui.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, eu quero também agradecer ao Deputado Avallone, foi o Vice-Presidente da CPI, nos ajudou do começo ao final.

No capítulo de combustíveis fez um relatório perfeito, trabalho fantástico e ele disse duas coisas importantes que eu gostaria de ratificar. Primeiro, a CPI infelizmente não avançou mais por questão de sigilo, sigilo fiscal e sigilo judicial.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Nós pedimos ao Poder Judiciário acesso a algumas delações, não tivemos autorização para... Por exemplo, o assassinato que aconteceu aqui em Cuiabá de um laranja, de um laranja de grandes empresas, provavelmente até de alguma trade.

Ele fez delação, nós não tivemos acesso, não conseguimos, chegamos até o assassino, o assassino esteve na CPI, mas nós não tivemos acesso à delação do assassinado, porque ele fez delação, foi logo depois da delação, junto ao Ministério Público, que ele foi executado aqui no Jardim das Américas, era importante termos acesso a isso.

A movimentação financeira das exportações de 2013 a 2016, como disse o Deputado Avallone, nós não tivemos possibilidade de ter acesso ao nome das empresas.

Então, são muitas barreiras, mas o trabalho vai continuar, nos próximos quatro anos nós estaremos aqui e vamos continuar observando o comportamento da sonegação do Estado, muita coisa o Governo do Estado fez, sem dar crédito a CPI, inclusive, viu, Deputado Botelho? Vossa Excelência que é um guardião das prerrogativas deste Parlamento, briga sempre, faz enfrentamento inclusive ao seu amigo pessoal, de longa data, governador Mauro Mendes, para defesa das prerrogativas do Parlamento.

Infelizmente, muitas ações foram tomadas pelo Executivo por sugestão da CPI, mas a CPI jamais foi citada, esse crédito parece que não é algo costumeiro pelo lado do Palácio Paiaguás aos trabalhos dos Parlamentares.

Mas muita coisa avançou, nós vamos cobrar a implantação da delegacia de polícia de fraudes na área de combustíveis, já acertamos aqui hoje com o Deputado Dilmar Dal Bosco, Líder aqui nosso, vamos votar, Deputado Avallone, ainda hoje aqui em segunda vamos votar o projeto de lei que obriga a instalação dos medidores de vazão nas usinas de etanol.

O Governo vai aumentar de maneira importante o faturamento de ICMS sobre essas usinas, há usinas aqui eiras e vezeiras em sonegar, sonegadoras contumazes, não aprendem, mas agora, apertando o cerco, fechando o circuito, elas vão diminuir ou vão acabar com a sonegação em Mato Grosso, com meia nota, nota fria, três... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto improrrogável.

O SR. WILSON SANTOS – ...obrigado, Presidente, aqui está igual saideira, né?
(RISOS)

Então, por orientação do Líder Dilmar Dal Bosco, vamos dar mais um passo importante, que é um projeto que nasceu na CPI.

Deputado Avallone, parabéns; Deputado Valmir Moretto, parabéns, Vossa Excelência que ouviu do empresário Filadelfo Dias dizer que do seu município saíram 45 toneladas de ouro para a Bolívia sem pagar sequer um único centavo, uma única nota fiscal, lá em Pontes e Lacerda.

Um dos maiores mineradores de ouro disse na CPI, na nossa presença e são fatos como esse que nos levaram também a mais uma vitória da CPI, deste Parlamento, Deputado Silvano, que foi a criação da taxa de mineração que vai pôr no Estado no mínimo 200 a 250 milhões novos por ano, quase 1 bilhão no próximo governo do senhor Mauro Mendes Ferreira.

Parabéns, Presidente Botelho, que não mediu esforços e que meteu a caneta e autorizou todos os gastos que a CPI precisou. Vossa Excelência nunca... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto para o senhor.
(RISOS)

O Sr. Valmir Moretto – Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Valmir Moretto.

O Sr. Valmir Morreto – Quero...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ele só vai encerrar aqui, Moretto, um minuto.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, muito obrigado.

Vossa Excelência, junto com o secretário Max, que às vezes ficam por trás das câmeras, carregam o piano e não são lembrados.

Então, como Presidente dessa CPI, quero agradecer o apoio institucional, todo apoio operacional, nada faltou ao trabalho, ao bom desempenho da CPI e não foi só com a nossa CPI, tem sido de costume dar todo o apoio, todas as condições para que este Parlamento desempenhe as suas funções.

Muito obrigado ao Deputado Botelho e obrigado ao Deputado Max, que foram imprescindíveis para o sucesso dessa CPI.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado, Deputado Wilson Santos.

Deputado Valmir Moretto.

O SR. VALMIR MORETTO – Obrigado, Deputado Botelho.

Para nós foi importante fazer essa relatoria e participar dessa importante CPI, que nós tivemos a oportunidade de acompanhar do início ao fim, presidida pelo nosso amigo e Deputado Estadual Wilson Santos, experiente aqui, e nosso colega e Deputado também muito experiente Avallone, Deputado Nininho, e de fazer parte desse contexto, Deputado Eugênio, importante para o nosso Estado.

Mas, como nosso Presidente falou em relação ao relatório que eu proporcionei do agronegócio, a intenção da CPI não era causar alarmes falsos ou denegrir a imagem de ninguém que não tivesse consistência em documentação que nós pudéssemos levar ao público e a todos.

Então, acho que a CPI exerceu a sua função principal, que é divulgar justamente aquilo que de fato é real e documentado, o que nós tínhamos conseguido pelos nossos órgãos fiscalizadores.

O objetivo foi alcançado, muito forte e próspero, cada vez mais a Sefaz participou... Tivemos aqui o nosso secretário Rogério Gallo, secretário Fábio Pimentel, que ficou aqui na Assembleia mais de 8 horas com sua equipe da Sefaz, contribuindo, tirando dúvidas do nosso relatório final, que foi entregue, mais de 2 mil páginas resumidas em 80 páginas de relatório apenas na conclusão desse trabalho.

Sinto-me orgulhoso de ter participado, no primeiro mandato, de uma importante CPI, porque se trata da maior economia que o Estado tem e não poderia de forma alguma cometer delitos que não tivessem consistência ou prova à nossa sociedade.

Só no achismo, só na presunção, não podemos... Jamais eu vim aqui para fazer presunção. Se não há documento, não há o que se escrever, não há o que se falar. Diante de qualquer documento e de qualquer ação, estamos aqui para punir qualquer irregularidade que cabe a cada setor, a cada segmento ou a quem for.

Fico feliz, Wilson, quando você se lembra de o Filadelfo de ter vindo aqui na nossa CPI, de ter se lembrado do ouro do Caldeirão de Pontes e Lacerda.

Com muito orgulho eu moro naquele município, e não é só do Caldeirão que temos ouro em Lacerda... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto.

O SR. VALMIR MORETTO – ...o subsolo de Pontes e Lacerda é rico em mineração. Ele tem não só... Nós temos lá imensas, inúmeras areiras, inúmeros produtores, temos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

ouro, temos pedra, temos lavoura, temos pecuária, temos um comércio forte e pujante, que impulsiona aquela cidade cada vez mais para fora.

É lógico que junto com o desenvolvimento vêm as consequências, estamos prontos para ajudar.

E vou fazer mais um apelo aqui: que o recurso desse Fethab que nós explicamos para a mineradora seja investido em pesquisa, em condições das nossas associações e no nosso garimpeiro que trabalha lá no dia a dia.

São homens e mulheres de bem, não são ladrões, não são traficantes, são homens e mulheres que trabalham para sustentar sua família com dignidade, das 6 às 8, na maraca, trabalhando... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto.

O SR. VALMIR MORETTO – ...o Estado precisa olhar esses homens diferente da forma da irregularidade. Se trabalham na irregularidade, é devido à morosidade da burocracia, que impede às vezes e leva a alguma inconsistência como essa. Quanto o Estado perdeu nessa declaração aqui feito pelo Filadelfo?

Então, eu acho que é isto que o Estado precisa: regularizar não só os grandes, mas principalmente os pequenos, que também precisam do apoio do Estado de Mato Grosso.

Estaremos aqui para defender o nosso produtor, seja qualquer tipo que seja, qualquer trabalhador que trabalha com dignidade tem o meu respeito.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que concordam com o parecer da Comissão permaneçam como estão. Quem for contra se manifeste (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação (LEIA-SE “VAI AO EXPEDIENTE”).

Projeto de lei complementar... Esse é o projeto de lei...
(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Projeto de Lei Complementar nº 3/2023 (MENSAGEM Nº 14/2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que (ALTERA E) acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 98, e à Lei Complementar nº 442, de 4 de novembro de 2011. O parecer é favorável da Comissão Especial.

Em discussão... Peço ao Deputado Max para... Este daqui é aquele da meritocracia, que cria os valores para a educação, e nós pedimos para ampliá-lo para todas as secretarias, todas as secretarias teriam direito a ter um programa desse.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Como vota, Deputado Carlos Avallone?

O SR. CARLOS AVALLONE – Favorável.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Como vota, Dilmar Dal Bosco?

O SR. DILMAR DAL BOSCO – SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – SIM. Como vota, Dr. João?

O SR. DR. JOÃO – SIM!

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Está forte, hein, João?

Como vota, Xuxu Dal Molin? Como vota, Eduardo Botelho?

O SR. XUXU DAL MOLIN – SIM, Max, estamos juntos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Botelho? Como vota, Dr. Gimenez? Como vota, Oscar Bezerra? Como vota, Paulo Araújo? Como vota, Pedro Satélite? SIM. Como vota, Romoaldo Júnior?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

O SR. ROMOALDO JÚNIOR – Voto SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Romoaldo, SIM. Sebastião Rezende, como vota? Silvano Amaral, como vota? SIM. Ulysses Moraes, como vota? SIM. Wilson Santos, como vota? SIM. Delegado Claudinei, como vota?

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – João Batista do Sindspen, como vota?

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN – SIM, Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – SIM. Lúdio Cabral, como vota? Toninho de Souza, como vota? SIM. Valdir Barranco, como vota? Elizeu Nascimento, como vota?

O SR. VALDIR BARRANCO – SIM, Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Valdir Barranco, SIM, né?

O SR. VALDIR BARRANCO – Barranco, SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Valeu, Barranco!

Elizeu?

O SR. ELIZEU NASCIMENTO – Voto SIM, Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Gimenez também vota SIM. Gilberto Cattani, como vota? SIM. Dr. Eugênio, como vota? SIM. Max Russi, SIM. Valmir Moretto, como vota? SIM. Lúdio Cabral? SIM.

Estão ausentes Oscar Bezerra, Paulo Araújo e Sebastião Rezende.

(O SR. 1º SECRETÁRIO ENTREGA A LISTA COM A VOTAÇÃO NOMINAL AO SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com 21 votos favoráveis e 3 ausências, está aprovado. Vai à 2ª votação.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 3/2023...

(A ASSESSORIA DA MESA DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...projeto que institui o Prêmio Estudante Nota Dez para alunos da rede estadual de ensino, da Mensagem nº 3/2023, em 1ª votação. O parecer é favorável da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto.

(EM 1ª DISCUSSÃO, PROJETO DE LEI Nº 4/2023, MENSAGEM Nº 3/2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE INSTITUI O “PRÊMIO ESTUDANTE NOTA DEZ” PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Projeto de Lei nº 3/2023 (MENSAGEM Nº 2/2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que institui o Programa Educa MT, em regime de colaboração entre Estado e municípios (NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS). O parecer é favorável da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Requerimento de dispensa de pauta (A PROJETO) apresentado pelo Executivo, ao projeto que altera dispositivo da Lei nº 7.263, de 27 de maio de 2000.

Este projeto, na verdade, está autorizando a MT-PAR a dar garantias para fazer acordos por meio da obra da Rota do Oeste.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

A Lei Orçamentária Anual, por favor... Então, eu passo a palavra para o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, eu quero agradecer a todos os colegas Deputados que votaram favoravelmente a aprovação do relatório da CPI.

Parabenizar o Deputado Ondanir Nininho, foi o relator geral da matéria. Parabenizar o Deputado Carlos Avallone, que foi o relator do capítulo de combustíveis. Parabenizar o Deputado Valmir Moretto junto com o Deputado Avallone, ambos foram responsáveis pelo capítulo do agronegócio. Também agradecer ao Deputado Allan Kardec pela relatoria do capítulo frigoríficos.

E dizer, senhor Presidente, que esse material ficará disponível para qualquer cidadão, para qualquer instituição.

Rapidamente, comentar que nós começamos a CPI cobrando dos órgãos de controle o que é que fizeram em relação à CPI anterior que tratou do mesmo tema.

A CPI anterior, de 2015 e 2016, presidida pelo então Deputado José Carlos do Pátio, encaminhou o seu relatório para quase uma dezena de órgãos de controle, e nós não poderíamos começar outra CPI, rigorosamente sobre o mesmo tema, sem saber da Polícia Federal, sem saber dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, sem saber da Secretaria de Estado de Fazenda e de outros órgãos o que fizeram com o relatório da Assembleia Legislativa?

E, senhores, infelizmente, Deputado Silvano, fizeram muito pouco, lamentavelmente foi feito muito pouco em relação a um trabalho de quase dois anos do Parlamento Estadual.

Senhor Presidente, agora estaremos novamente encaminhando um relatório, que é a sequência daquele, e esperamos que esses órgãos de controle possam debruçar seus homens, equipamentos sobre esse trabalho.

Trabalho muito bem-feito, que pode gerar consequências importantes para o Estado. E, com nosso mandato renovado, eu estarei cobrando dos órgãos de controle as ações em relação ao trabalho que fizemos.

Só na área da mineração... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado, Deputado Wilson Santos.

A LOA chegou até aqui, a Mensagem nº 155/2022, Projeto de Lei nº 814/2022 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 2ª DISCUSSÃO). O parecer... Eu peço ao Deputado Ulysses Moraes... Ao Deputado Max Russi para fazer a leitura da ementa da LOA para nós, por favor.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Mensagem nº 155/2022, estima a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2023. Os pareceres são favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acatando as Emendas nºs 242, 243, 244, 45, 46, 47 (LEIA-SE “245, 246, 247”), 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 261, 262, 263, 264 a 268, 271, 272, 275, 276, 277, 278, 279, 280 e 281, rejeitando as Emendas nºs 260, 273 e 274 e pela prejudicialidade das Emendas nºs 257, 259, 269 e 270; bem como da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, acatando as Emendas nºs 2 a 11; da nº 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 às nºs 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60; da nº 60 à nº 70; da nº 70 à nº 80; da nº 80 à nº 90; da nº 90 à Emenda nº 100; da nº 101 às Emendas nºs 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

119, 120, 121, 122 à nº 129; da Emenda nº 130 à Emenda nº 140; da Emenda nº 140 à Emenda nº 150; da Emenda nº 150 à Emenda nº 160; da Emenda nº 160 à Emenda nº 170; da Emenda nº 170 à Emenda nº 180; da Emenda nº 181 às Emendas nºs 182, 183, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200; da Emenda nº 200 à Emenda nº 210; da Emenda nº 210 às Emendas nºs 216, 217, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240; da nº 240 à nº 250; da nº 250 às nºs 256, 258, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 271, 272, 275, 276, 277, 278, 279, 280 e 281; rejeitando a Emenda nº 1, prejudicando as Emendas nºs 12, 58, 106, 116, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 218, 219, 257, 259, 260, 269, 270, 273 e 274.

Está lido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, encerrada a leitura, vamos para a discussão. Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Presidente, pedido de destaque na Emenda nº 274.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, vou conceder o destaque, vamos votar o projeto e depois votamos o destaque do Deputado Lúdio.

Para discutir ainda, a pedido, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, eu quero enaltecer a capacidade de recuperação que o Governo conseguiu nos últimos quatro anos.

O Governo, hoje, volta a investir recursos próprios, coisa que há mais de uma década não acontecia em Mato Grosso. Serão mais de 3 bilhões de reais de receita própria que o Governo do Estado vai investir na sua logística, na sua infraestrutura, na educação, na saúde.

Só na área de hospitais, são seis hospitais em construção.

O Hospital Central, que estava parado há quase 40 anos, deverá nos próximos 12 ou 15 meses ser entregue com mais ou menos 250 leitos públicos, que atenderão pacientes SUS aqui no coração do Centro Político Administrativo.

O Hospital Júlio Müller, que vem sendo construído em parceria com a União, serão mais de 220 leitos.

Então, nos próximos 15 meses, 18 meses, talvez no máximo 24 meses, Cuiabá terá uma oferta de quase 500 novos leitos públicos para atender especialmente a clientela SUS.

Isso é inédito na história da saúde pública em Mato Grosso.

A Santa Casa de Misericórdia nasce por volta de 1818, há mais ou menos 205 anos. Também foi uma obra pública, isso quando Mato Grosso ainda era Capitania, senhor Presidente. Depois disso, somente o prefeito Dante de Oliveira, que em 1986 fez o Hospital Público Municipal.

Depois desses dois registros históricos, é a primeira vez que um governador do Estado vai entregar na Capital gigantescos hospitais como esses.

E só foi possível porque o Parlamento foi parceiro do Executivo e tivemos coragem de aplicar os remédios, de aplicar e de cortar na própria carne. Além desses dois grandes hospitais, quatro hospitais estão sendo levantados no interior de Mato Grosso: em Tangará da Serra, Juína, Alta Floresta e Confresa, uma construção inédita, seis grandes hospitais sendo construídos.

Isso dará a Mato Grosso quase mil novos leitos SUS, senhor Presidente! Não é fácil construir e é mais difícil a manutenção ainda.

Então, não poderia deixar de vir a esta tribuna para registrar esse esforço que o Governo fez, esse esforço gigantesco e...(TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto.

O SR. WILSON SANTOS – ...e em especial, senhor Presidente, nós estamos aprovando... Quero aqui agradecer ao Líder Dilmar Dal Bosco e ao secretário Mauro Carvalho,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

muito obrigado a essas duas lideranças, que nos atenderam em relação ao remédio para a base do canabidiol.

Está sendo aprovada aqui, agora, na LOA a Emenda nº 279, de minha autoria, junto com o Deputado Lúdio Cabral e também com o Deputado Dr. João, 10 milhões de reais lá na Secretaria de Estado de Saúde, para adquirir remédios à base do canabidiol, para colocá-los na prateleira SUS para que os mais humildes, para que os mais pobres também tenham acesso para cuidar dos seus filhos com epilepsia, dos seus idosos com mal de Alzheimer, com aqueles que tenham doenças degenerativas.

Aqui a Assembleia de Mato Grosso provavelmente é o primeiro Parlamento Estadual a cravar no orçamento do seu Estado recursos financeiros para atender pacientes que dependem de remédio à base do canabidiol.

Parabéns a todos os colegas e em especial àqueles que vão nos deixar, àqueles que não estarão conosco na próxima Legislatura, que começa no próximo dia 1º.

A vocês o meu muito obrigado e, em nome dessas famílias humildes, vulneráveis... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto, Deputado.

O SR. WILSON SANTOS – ...obrigado, Presidente.

...que terão a partir de março acesso aos remédios à base do canabidiol, mais uma vez dizendo que não é para uso recreativo, somente para uso medicinal, eu sei que aqui alguns colegas que estão aí no Aquário ficaram tristes, senhor Presidente, mas somente para uso medicinal, com prescrição médica. Gauchinho, não fique triste.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. Quem for contra se manifeste (PAUSA). Aprovado. Abstenção, registre a abstenção do Deputado Ulysses Moraes... Contra? Abstenção também do Deputado Lúdio. Está aprovada.

Vamos para o destaque do Deputado Lúdio Cabral.

Emenda nº 274, modifica o art. 4º do Projeto de Lei nº 814/2022, que passa a ter a seguinte redação: Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 10% da despesa total fixada no art. 3º, observado o disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 4.320 (LEIA-SE “LEI FEDERAL Nº 4.320”), de 17 de março de 64.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Em discussão... Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Bom, enquanto a Assembleia Legislativa aprovar leis orçamentárias que sejam semificcionais, meio verdade e meio mentira, porque o Governo sempre encaminha todos os anos projetos de lei que subestimam a arrecadação que o Estado terá, eu ou votarei contra ou votarei abstenção para marcar posição sobre esse questionamento que, desde o primeiro orçamento que votamos nesta Legislatura, eu tenho levantado.

Não tem sentido votar uma lei orçamentária para 2023 que prevê uma receita inferior à receita que foi realizada em 2022. Esse orçamento é uma peça de ficção, por isso o meu posicionamento.

Também não tem sentido votar uma lei orçamentária que tira da própria Assembleia, do próprio Poder Legislativo, do próprio Parlamento o seu poder de controle sobre a destinação de recursos na Casa de 30%.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Um governo que a cada ano, nos últimos quatro anos, aplicou na saúde apenas o mínimo exigido pela Constituição e fazendo arrumações contábeis para chegar ao mínimo de 12%, 12% é o mínimo! Não é teto, é piso, que deveria aplicar na saúde muito mais.

Governo que negligencia política habitacional, governo que negligencia agricultura familiar, governo que negligencia o efetivo combate a fome e a desigualdades sociais no nosso Estado, porque prioriza outras ações no orçamento e não essas.

Governo que, por exemplo, alocou para o enfrentamento da mudança climática 5 mil reais no orçamento de 2023, para dar um exemplo que me veio à cabeça agora.

Nós aprovamos uma LOA dando a ele uma margem de 30% para ele, com aquilo que será arrecadado no ano que vem – já que o que aprovamos subestima a arrecadação –, destinar para onde ele quiser os recursos... (TEMPO ESGOTADO)... Então, a emenda que estou apresentando é para que a margem para remanejamento seja de 10%.

E olha que, na minha opinião, deveria ser 5%, que é o mínimo, exatamente considerando que haverá no mínimo mais 30% de receita ao longo do ano vem e que nós comprovaremos isso ao final do ano, quando formos analisar os relatórios de gestão fiscal.

Dez por cento para que a Assembleia retome a sua responsabilidade de, ao longo do ano, reorientar a alocação dos recursos arrecadados para atender áreas que sejam prioritárias no ano de 2023.

Citei algumas delas aqui: saúde, habitação, assistência social, combate à fome e agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, então encerrada a discussão. Vamos para a votação... Para encaminhar, Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Senhor Presidente, senhores Deputados.

Senhor Presidente, foi uma ampla discussão realmente, não só na Comissão de Fiscalização, na Comissão de Constituição e Justiça, no debate da mensagem original do Governo do Estado.

Não foi diferente quando nós aprovamos também o orçamento 2021 para 2022, os créditos suplementares que estavam também na LOA de 21 para 22 eram de 30%, nós baixamos para 20%, não foi diferente neste orçamento.

Nós também alteramos esse artigo, o artigo 4º, do crédito suplementar, estamos colocando não 30%, mas novamente os 20%. Isso nós debatemos dentro do Colégio de Líderes.

Quer dizer, quero agradecer aqui a todos os Deputados que participaram, Dr. Eugênio participou bastante dessa discussão, Gilberto Cattani, quero a todos aqui, a Vossa Excelência, que é Presidente... Então, nós já diminuimos.

O exemplo foi no final do ano, veio tantos créditos suplementares que tivemos que aprovar, por isso que a Assembleia teve maturidade também em entender que os 10% não servem, da maneira como estão sendo propostos pelo colega Deputado Lúdio; os 30% também ficam acima do que a Assembleia tem debatido e nós colocamos um percentual de 20%.

Então, gostaria de encaminhar, pedir à Base do Governo para votar contra esse destaque que o colega Deputado Lúdio Cabral está pedindo e SIM ao que foi debatido no Colégio de Líderes, com participação de vários colegas Deputados, tendo o crédito adicional ou suplementação de crédito em 20%.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Então, aqueles que forem favoráveis ao parecer da comissão, que rejeitou a emenda, permaneçam como estão. Quem for contra se manifeste. Deputado Barranco, Deputado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Lúdio, Deputado Ulysses, Deputado Delegado Claudinei, 4 votos contrários ao parecer da comissão, então a emenda está rejeitada e a LOA está aprovada. Vai à redação final.

E, só para encerrar esta Sessão, votar um projeto do Deputado Wilson Santos, que ele pediu aqui. Mas o parecer é contrário, Deputado Wilson não está, vou deixar para a próxima Sessão.

Então, vou encerrar a Sessão, eu acho que uma hora é tempo suficiente para os debates, as discussões, né? E nós voltaremos para a próxima Sessão às 15 horas, tá bom? Ok?

E o Colégio de Líderes da Presidência está liberado para uma discussão junto com aqueles que quiserem ir junto com... Deputado Dilmar, pela Ordem que o senhor pediu?

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Senhor Presidente, veio de última hora um projeto de lei da Mensagem nº 15/2022 (LEIA-SE “MENSAGEM Nº 15/2023”), de garantia à MT-PAR de recursos do Fethab, que possa ser também para subsidiárias e também para a própria MT-PAR.

Por isso eu pedi para fazer parecer de urgência, já aprovamos a dispensa de pauta. Nós já assinamos pela comissão, só falta fazer o encaminhamento da primeira votação. Como nós vamos ter um período de uma hora, vai passar toda a cópia a todos os Parlamentares do grupo de *WhatsApp*, a todos os colegas, e aí nesse período estudamos para a segunda.

Só gostaria a inclusão da Mensagem nº 15/2022 (LEIA-SE “MENSAGEM Nº 15/2023”), Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Bom, Deputado Dilmar, ainda não está pronto, vamos fazer mais duas Sessões depois, vai dar para votar tranquilamente.

Então, vamos... Enquanto isso prepara toda a comissão, parecer da comissão para ser votado.

Então, ficou assim: os Deputados vão para o Colégio de Líderes, alguns Deputados, junto com os representantes de alguns sindicatos que estão aqui e parece que o Basílio vai lá, não é, Dilmar?

É isso, Deputado Dilmar Dal Bosco?

O Basílio vai lá para conversar com o pessoal, né?

É... Não, o Basílio se dispôs aqui, dizendo que ele está pronto para ir lá conversar com o sindicato, então...

(O SR. DILMAR DAL BOSCO DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, por favor, se manifesta aí, Deputado Dilmar, se vai ou não vai; porque, se não for, vamos só nós conversar com eles.

Deputado Dilmar.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Senhor Presidente, eu conversei com o secretário Basílio. Antes de sair daqui, a dúvida era do Parlamento. Não me passaram nenhum convite para o secretário Basílio estar presente.

O que eu falei aqui antes com Vossa Excelência, com o Deputado Lúdio... A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa ia se sentar com o Fórum Sindical, isso que eu entendi, sem a participação de secretário.

Secretário, acho, andou conversando com algum presidente de sindicato, pelo o que ele me passou e ele está à disposição para vir aqui esclarecer dúvidas das mensagens do Governo para o Parlamento Estadual.

Para isso que ele está em prontidão, a equipe técnica está aí também para acompanhar, procuradores do Estado estão aí para tirar qualquer dúvida da segunda votação de qualquer projeto que estamos tramitando.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 10H30MIN.

Então, não tem... Comigo não veio nenhum convite para o secretário participar com Vossa Excelência, que é da Mesa Diretora, com o Fórum Sindical.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Bom, de qualquer forma, fica aberto o Colégio de Líderes para aqueles que quiserem conversar com os Deputados e aos demais eu peço que se reúnam aqui para os pareceres para a segunda votação.

EXPLICAÇÃO PESSOAL
(NÃO HOUE EXPLICAÇÃO PESSOAL.)

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Nós vamos encerrar esta Sessão e convocar para a próxima Sessão, às 15 horas, é um tempo suficiente para fazer as discussões. (LEVANTA-SE A SESSÃO.)

(PARTICIPARAM DA SESSÃO OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE - CARLOS AVALONE, DILMAR DAL BOSCO, EDUARDO BOTELHO, DR. GIMENEZ, DR. JOÃO, PEDRO SATÉLITE, PAULO ARAÚJO, SEBASTIÃO REZENDE, SILVANO AMARAL, ULYSSES MORAES, WILSON SANTOS E XUXU DAL MOLIN; BLOCO RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA - TONINHO DE SOUZA, DELEGADO CLAUDINEI, ROMOALDO JÚNIOR, JOÃO BATISTA DO SINDSPEN, LÚDIO CABRAL E VALDIR BARRANCO; BLOCO PARLAMENTAR UNIDOS - DR. EUGÊNIO, ELIZEU NASCIMENTO, OSCAR BEZERRA, GILBERTO CATTANI, MAX RUSSI E VALMIR MORETTO.)

Secretaria de Serviços Legislativos



Assembleia Legislativa

Revisada por:

- Eunice José de Souza;
- Solange Aparecida Barros Pereira.